

5

Cultura e política: TEIAS, fóruns e encontros

Às vezes acontece que a caneta e a espada coincidam.

Subcomandante Insurgente Marcos. Exército Zapatista de Libertação Nacional. EZLN

Os Pontos de Cultura enquanto fonte, e não meros objetos de pesquisa, tem relações com o processo essencialmente histórico e coletivo, um lugar onde a criação encontra terreno fértil, e é também um lugar de encontro. Encontro de pessoas, de ideais, de sonhos, de anseios e buscas. Dentre as inúmeras criações artístico-culturais, desde aquela que explora, lapida e transforma a matéria, até a alquimia produzida na culinária e nas histórias contadas, bem como nas buscas e problematizações dos pesquisadores, que buscam enfrentar suas questões mais inquietantes, incidem afecções de diferentes fazeres e saberes; e também de memórias e ancestralidades. Estes lugares alimentam-se das dores e alegrias cotidianas, do lugar histórico da tradição, do seu questionamento e muitas vezes, reinvenção, dos fazeres social, político, cultural e do trabalho, ou seja, do conjunto-base para a conquista de autonomia e caminho para a construção de uma sociedade mais justa, fraterna e equitativa.

Contudo, isto exige o diálogo, a interação, a reestruturação das instituições e das relações sociais, sem se deixar amesquinhar pelo processo de individualismo, pela reprodução da indiferença, insensibilidade e dirigismo capitalista. Como abordamos no capítulo anterior, uma construção coletiva requer uma lógica diferente desses parâmetros, baseada na mobilização dos envolvidos que compartilham experiências, ampliam suas trocas, saberes e aprendizados. Dessa forma, identificam-se problemas comuns, tensões a serem enfrentadas, e, principalmente, se permite sentir, misturar e mobilizar pelas alteridades e diferenças. Todavia, este processo requer uma convivência em espaços que propiciem um fazer conjunto, como exemplificamos com a construção de histórias e brinquedos nos Pontos, o que nos permite afirmar que os projetos coletivos e colaborativos propiciam a efetiva articulação e estimulam o desenvolvimento de outras ações, mobilizando os desejos dos sujeitos enquanto protagonistas de suas próprias criações, lugares, lutas e conquistas.

Neste capítulo, acrescentamos a pauta política do movimento dos Pontos, que também exige reflexão profunda e conjunta, o enfrentamento e contestação

das soluções imediatistas, homogeneizadoras e a instrumentalização da cultura, tornando-a funcional e a serviço de algo, invariavelmente alheia às reais e diferentes demandas. Ou ainda, questionando os processos em que, consideram-se as ações e as manifestações artístico-culturais populares passíveis de qualificação ou adaptação, o que corresponde a uma possível padronização e controle, por parte de supostos saberes superiores. Afinal, isso justifica ações arbitrárias, pontuais e com baixo investimento, sem que sejam oportunizadas a continuidade de processos ou a sua ampliação, ou ainda, em um contexto mais amplo das políticas públicas como um todo, sem operar transformações que levem efetivamente à melhoria das condições de vida para a população.

Contudo, o apoio às diferentes ações e culturas e, portanto, a sua efetiva coexistência, com iguais oportunidades de acesso pode instaurar um processo de contestação e de transformação do instituído, trazendo perspectivas de rompimento com os saberes e fazeres hegemônicos, considerados únicos, e que compõem a história oficial, benéfica apenas para alguns grupos.

Problematizamos, assim, os limites das políticas públicas culturais, sobretudo, quando vários direitos básicos não são efetivados e a desigualdade social segue em expansão. Embora os avanços sejam consideráveis na conquista por direitos, ainda enfrentamos a falta de implementação e assistimos à próspera reprodução do capital. Assim, considerando os autores que fundamentam nossas reflexões, destacamos que em qualquer população, a maioria sempre ferve de devires minoritários.

Os gestores públicos, portanto, ao implementarem uma política democrática, enfrentarão tensões, e dificilmente terão uma implementação tranquila. Deleuze e Guattari (1997) com base em Foucault definem o devir como aquilo que estamos nos tornando: numa composição de ritmos e movimentos, nunca estáticos, mas em processo. Todavia, o devir minoritário é aquilo que a maioria quer tornar-se, mas não pode, porque está aprisionada na condição política da maioria que, por sua vez, produz linhas de fuga ou resistências que podem romper este processo e construir alternativas. Assim, é preciso considerar que a maioria é plena de diferenças que a desestabilizam.

Deste modo, Foucault deixa aberta a possibilidade de resistências as imposições, repressões, autoritarismos e ao citar Benjamin, se refere ao estudo dele sobre Baudelaire, a propósito da noção de “estética da existência” (Castro.

Vocabulário de Foucault, 2009), e a possibilidade de reinventar a vida¹. Além disso, Benjamin nos estimula a enveredar pelos caminhos de “pensar pelo avesso”, diante da perspectiva da complexidade, em que o avesso não é o oposto do direito, mas o seu complemento, e que ao mesmo tempo decorre dele e o faz ser o que é. Pensar pelo avesso remete à proposição de Benjamin de “pentear a história a contrapelo”, considerando-a aberta, um convite para assumirmos o nosso lugar num fazer conjunto, reconhecendo o outro, afirmando a alteridade a partir do “nós”, em detrimento do “eu”. A história passa a ser libertadora, um ato de justiça como uma tarefa nunca concluída, reassumida a cada geração.

Assim, sem desconsiderar a necessidade das mudanças econômicas, desconcentrando riquezas, bem como das políticas públicas que passem a operar grandes investimentos sociais nas áreas básicas dos direitos sociais, dentre as quais a área da cultura, é que poderemos vislumbrar efetivas transformações nas relações sociais. Contudo, não se trata da instauração de condições objetivas e de uma boa fórmula, o que configuraria uma espécie de renovação do positivismo. Mas, de enfrentar o estado de indiferença e insensibilidade que se alastra, associado a um modelo político-econômico em que a cultura facilita o funcionamento do sistema em sua fase de expansão cultural.

Isto quer dizer, como também afirmou Cevasco (2008), que cada vez mais se requer uma sociedade de imagens voltada para o consumo, para “resolver” as contradições que continuam sendo criadas. “Se antes a cultura podia até ser vista como o espaço possível de contradição, hoje ela funciona de forma simbiótica com a economia: a produção de mercadorias serve a estilos de vida que são criações da cultura e até mesmo a alta especulação financeira se apoia em argumentos culturais, como o da ‘confiança’ que se pode ter em certas culturas nacionais ou as mudanças de ‘humor’ que derrubam índices e arrasam economias” (Cevasco, 2008, p. 4).

Além disso, quando tudo se torna mercadoria descartável, dos bens de consumo aos meios de sustento, somos exigidos a vislumbrar um projeto nacional, com políticas públicas consistentes, em que as pessoas possam ter projetos de vida também mais consistentes. Apresentaremos, portanto, neste capítulo, o processo

¹ A reflexão de Foucault sobre os modos de sujeição compreende o conjunto de regras e valores ao qual o sujeito está vinculado, em que o “estético-político” e a problemática da liberdade supõem “não ser escravo dos outros, nem de si mesmo” (Foucault, 2001b).

de constituição dos encontros dos Pontos de Cultura, suas lutas e os embates que se efetivaram nos espaços das TEIAS (encontros regionais e nacionais dos Pontos de Cultura), bem como os documentos elaborados em conjunto e algumas situações que demonstram uma preocupação com a questão política de organização de um movimento, o dos Pontos de Cultura em prol da ampliação das políticas públicas.

Ainda que estas lutas também perpassem e, às vezes, se restrinjam a questões meramente funcionais protagonizadas em espaços, como o Fórum dos Pontos de Cultura, além das TEIAS, estes encontros têm propiciado trocas, compartilhamento de experiências e aprendizado, pretexto e ferramenta para a viabilização da luta pela cultura enquanto direito, bem como para fins importantes para as localidades.

Não se substitui a política pela cultura, mas sim as formas de realização da política, um dos desafios no encaminhamento das questões. Deste modo, as reflexões acerca da experiência vivenciada nestes encontros regionais e nacionais, constituem tentativas de criação e reinvenção de um coletivo, bem como caracteriza algumas ações em conjunto que mobilizam os sujeitos, além dos debates nos fóruns regionais, grupos de trabalho (GTs) e nas plenárias finais no encerramento de cada TEIA.

Consideramos que estas experiências trazem a possibilidade de agregar um movimento plural e difuso, porém sem desconsiderarmos as inúmeras forças em jogo e o respeito às diferentes trajetórias, que nem sempre dominam os códigos de participação nos espaços públicos (que muitas vezes não são explicitados), em que a experiência de intervenção e debate faz diferença. Ou seja, para se efetivarem mudanças, é preciso desconstruir “hierarquias” historicamente sedimentadas: - o saber superior e os demais “que nada sabem”.

É preciso colocar isso em “xeque”, pois as hierarquias e as tentativas de controle e domínio são sutis, ocultando muitas informações, sobretudo, aquelas oriundas dos bastidores, incidindo na intrincada disputa partidária por espaço e poder no Estado, frequentemente com reflexos em movimentos como esse. Assim, as questões relativas ao saber-poder, definitivamente não seguem um caminho lógico e de boas intenções, mas obedecem a um complexo processo político, que nem sempre está aliado aos interesses coletivos.

Os Pontos de Cultura, enquanto focos das nossas reflexões, nos impelem a prestar maior atenção aos processos que estimulam e provocam a criação, tendo a valorização e o desenvolvimento da cultura plural como finalidade, ainda que a ação política seja inerente, e o social seja o alcance. Mas, sempre considerando a desigualdade de condições e oportunidades e, portanto, o processo de subalternização produzido pelo capitalismo, o que nos leva a desnaturalizar as tentativas de manipulações e subjugações de uns sobre outros, que são colocadas como estanques e inquestionáveis.

Destacamos também, “entre” a apresentação e análise dos encontros regionais e nacionais, as experiências relacionadas às expressões artístico-culturais, também presentes nestes eventos, que nos trazem reflexões. Tais reflexões nos remetem para o foco deste estudo, que é o da cultura enquanto possibilidade de vivenciar experiências compartilhadas, em que os intercâmbios e as criações são mais importantes. Essas constituem-se, muitas vezes, em processos de resistência, uma “resistência criadora” e não uma mera oposição a algo. Por meio das criações coletivas, os ganhos são de inúmeras ordens e dimensões: desde o crescimento pessoal e profissional, à possibilidade de um fazer conjunto, até o amadurecimento político, consciência e importância das ações em prol das transformações societárias que beneficiem a todos.

Consideramos que os Pontos de Cultura, enquanto manifestações artístico-culturais presentes na sociedade propiciam reflexões acerca da criação e mobilização presentes nesses espaços e localidades, para além da produção de espetáculos ou produtos para serem comercializados. Não se trata de desmerecer a importância e viabilidade dessas possibilidades, entretanto, consideramos que fazem parte de outras esferas que exigem diferentes diretrizes/encaminhamentos das políticas culturais, para além das ações no Programa *Cultura Viva*.

Ou seja, as implicações relativas à economia da cultura, principalmente no âmbito da economia solidária e colaborativa, por exemplo, exigem que sejam previstas e promovidas etapas de escoamento dessa produção, viabilizando o acesso, distribuição e a fruição sem confundir-los com os processos de criação e de convivência que enfatizamos neste estudo. Apesar da necessidade destes processos serem simultâneos, não são automáticos e nem correspondem ao anseio de todos os Pontos. Além disso, nem todas as pessoas querem usufruir de uma atividade ou formação cultural para serem profissionais ou constituírem projetos

de geração de renda. Mas, enquanto uma das bases do desenvolvimento e direito humano, a possibilidade de fazer escolhas passa pela experimentação e pela manifestação de diferentes linguagens artísticas e culturais, caracterizando-se como um direito, além dos benefícios cognitivos e do desenvolvimento humano como um todo.

Isto pressupõe organizar as múltiplas implicações com as experimentações e a afirmação de que os Pontos não são lugares apenas de criação e práticas de liberdade, mas também lugares onde se estabelecem relações de poder, autonomia ou controle, como acontecem na sociedade como um todo. Essas são situações que permeiam estes processos e são derivados de forças em luta permanente, configurando determinadas condições socio-histórico-políticas, além do caráter heterogêneo das práticas. Assim, as ações e seus correlatos são construídos, estão datados e operam uma imensa complexidade societária, em que valores estão em disputa.

Partindo do pressuposto de que qualquer brasileiro tem direito de acesso à cultura, cabe ao Estado assumir as responsabilidades, e mais especificamente ao Ministério da Cultura, contemplando as necessidades e desejos subjetivos, simbólicos e de expressão culturais. O estabelecimento de critérios públicos como os que foram construídos em conferências e organizados no Plano Nacional de Cultura (PNC/Lei 12.343/2010) avaliza a prerrogativa de que recursos sejam distribuídos com lisura na esfera pública, algo muito diferente do chamado dirigismo. Além disso, é fundamental o questionamento da herança de um Estado corrupto e apadrinhador de interesses de pequenos grupos. O PNC foi previsto na Constituição Federal de 1988 e, desde a aprovação da emenda 48, em 2005, tem por finalidade o planejamento e implementação de políticas públicas de longo prazo voltadas à proteção e promoção da diversidade cultural brasileira. Este Plano traz as diretrizes elaboradas e pactuadas entre Estado e sociedade, por meio da realização de pesquisas, estudos, debates, consultas públicas e encontros participativos como a 1ª e a 2ª. Conferência Nacional de Cultura, em 2005 e 2010, cujas Câmaras Setoriais, atualmente denominadas de Colegiados reúnem representantes das principais linguagens artísticas, além dos Fóruns e Seminários.

As diretrizes contidas no PNC, assim como o Programa *Cultura Viva* apresentam a cidadania, a economia e a dimensão simbólica como as três dimensões da cultura no que tange ao acesso, aos meios de fruição e produção

cultural do país. Isto exige investimentos do Estado em âmbitos que não interessam ao mercado, por não serem lucrativos a curto prazo, apesar da sua incessante atração e cooptação de algumas criações e criadores.

Como todo processo de construção coletiva, tem-se os fluxos e refluxos de organização e atuação conjunta. Vários são os impasses e momentos de esfriamento das lutas, uma vez que os problemas são encaminhados, ora protelados, ora resolvidos, além do surgimento de outros. Diante das oscilações inerentes ao funcionamento dos movimentos e das práticas, destaca-se o que eles produzem, no sentido de serem *lócus* de debates, enfrentamentos e criação de alternativas.

Assim, com base nestas breves considerações, apresentamos a seguir uma caracterização dos encontros dos Pontos de Cultura, no âmbito nacional e regional (RJ/ES), cuja organização e debates foram acompanhados para a elaboração deste estudo, em que apontamos suas diferenças e aproximações, *loco* para as reflexões deste capítulo.

5.1. Quadro de caracterização dos Encontros nacionais e regionais (RJ/ES) dos Pontos de Cultura

Abordamos neste capítulo, quatro TEIAS, encontros nacionais dos Pontos de Cultura, três TEIAS regionais (RJ/ES) e duas MICROTEIAS em regiões do Estado do Rio de Janeiro, com informações sistematizadas e detalhadas no quadro abaixo.

Data	Âmbito	Local	Tema	Número de participantes	Principais questões tratadas
05 a 09 de abril de 2006	I TEIA Nacional	Pavilhão da Bienal Parque do Ibirapuera, São Paulo.	<i>Venha ver e ser visto</i> Cultura, Educação, Cidadania e Economia Solidária.	400 Pontos de Cultura, cerca de 800 pessoas.	Neste primeiro encontro, não houve debate político previsto na programação oficial, porém os Pontos reuniram-se durante e ao final da TEIA e propuseram questões a serem problematizadas e encaminhadas.
<p>Encaminhamento/manifesto público²: Início da redação da Carta do Rio de Janeiro³. a) Teia Cultural: com a participação dos Pontos na organização; b) Agente <i>Cultura Viva</i>: revisão do convênio com o MTE; c) Cultura Digital: garantia de acesso à internet via banda larga; garantir suporte técnico/capacitação; kit multimídia; d) Gestão do Programa/Gestão Compartilhada: aperfeiçoamento das condições de apoio; E) Criação de novos projetos: criação de um programa de fomento e intercâmbio para incentivar a construção de uma Rede; F) Propostas para os Pontos De Cultura: 1) Enviar para a Comissão de Cultura do Congresso Nacional um documento que reafirme a continuidade do Programa <i>Cultura Viva</i> e a necessidade de sua consolidação como Política de Estado; 2) Convocação dos Pontos de Cultura a participarem da luta pela destinação de 2% do Orçamento Geral da União ao MINC (PEC 150), o atual esta em torno de 0,37%. 3) Proposta de formação de um Fórum Nacional dos Pontos de Cultura enquanto espaço de articulação permanente para o fortalecimento do Programa; 4) Reafirmação da importância de uma proposta de política pública poder se tornar autônoma e descentralizada. Reivindicamos para o próximo biênio a mesma proporção de verba: 80% Governo e 20% de contrapartida da entidade selecionada.</p>					

² Os documentos produzidos nesses eventos encontram-se nos anexos, item 9.1 em diante.

³ Este texto foi criado originalmente em São Paulo no âmbito da TEIA Cultural em 09 de abril de 2006. Em agosto de 2006, o Fórum dos Pontos de Cultura reformulou alguns itens com a intenção de colaborar com o processo de Avaliação do Programa *Cultura Viva*, em 2007/08.

Data	Âmbito	Local	Tema	Número de participantes	Principais questões tratadas
03, 04 e 05 de agosto 2007	I TEIA Regional	SESI, Nova Iguaçu	<i>Articulação entre Cultura, Economia Solidária, Trabalho e Cidadania.</i>	47 Pontos de Cultura do RJ e 4 do ES, com 200 pessoas aproximadamente.	<p>Promoção do intercâmbio entre os Pontos de Cultura e Empreendimentos de Economia Solidária (EES) dos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo;</p> <p>Visibilidade pública de uma ampla e variada manifestação de atividades artísticas e culturais. 1) Propostas de Continuidade para o Programa <i>Cultura Viva</i>;</p> <p>2) Educação Patrimonial – Experiência do Museu da Maré – Do local ao global;</p> <p>3) Intercâmbio Cultural entre os Pontos;</p> <p>4) Tradição e Transgressão: a construção de uma rede de transmissão oral no RJ;</p> <p>5) Propostas para a continuidade do Cultura Digital;</p> <p>6) Desafios: entre a Legislação e a realidade – CGU – Controladoria Geral da União;</p> <p>7) Agente <i>Cultura Viva</i> – Juventude e Mercado/Mundo de Trabalho, além das oficinas, espaço audiovisual e exposição dos Pontos de Cultura.</p>
<p>Encaminhamento/manifesto público:</p> <p>Atualização e referendo da Carta do Rio de Janeiro/ES iniciada em 2006.</p> <p>Solicitação de audiência pública com a Secretaria de Cultura do Estado do RJ “para que a sociedade civil organizada possa encaminhar princípios e critérios norteadores para o Edital de Pontos de Cultura do Estado do Rio de Janeiro.</p> <p>Eleição de seis delegados para acompanhar a organização da TEIA nacional 2007.</p>					

Data	Âmbito	Local	Tema	Número de participantes	Principais questões tratadas
06 a 11 de novembro de 2007	II TEIA Nacional I Fórum Nacional dos Pontos de Cultura	Belo Horizonte	<i>Tudo de todos</i>	2.175 delegados e participantes das mostras artísticas de 400 Pontos.	Organização do movimento dos Pontos com a realização do I Fórum Nacional dos Pontos de Cultura, e a criação/eleição da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNPdC) para o encaminhamento dos inúmeros problemas que permaneciam sem solução.
<p>Encaminhamento/manifesto público: Não houve documento final aprovado, apenas uma carta lida na abertura (análise conjuntural feita pela equipe de organização do Fórum) que provocou dissenso. As deliberações dos grupos temáticos foram lidas, mas não debatidas. As questões político-organizacionais emergiram, e foram polêmicas, sendo encaminhada a separação entre a apresentação dos trabalhos artístico-culturais e o Fórum de debates, devido a programação de ambos serem muito densas. A plenária foi bastante tensa, mas um marco, pois rompeu a lógica de representação regionalizada, via Estados, delimitando-se a criação de 25⁴ grupos temáticos/ linguagens artístico-culturais, e, portanto, contemplando a diversidade das questões e manifestações culturais existentes, após muitos debates e atritos da representação dos Pontos participantes.</p>					

Data	Âmbito	Local	Tema	Número de participantes	Principais questões tratadas
10 e 11 de outubro de 2008.	II TEIA Regional	Prédio Gustavo Capanema, Rio de Janeiro	<i>Iguais na Diferença</i> (com base nos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos)	50 Pontos de Cultura, 150 pessoas aproximadamente	Marcos Legais da Cultura, Fortalecimento da Rede de Pontos e Sustentabilidade.
<p>Encaminhamento/manifesto público: Não houve documento final. Proposta de pauta para a TEIA nacional construída, solicitação de ampliação do edital Estadual para os Pontos já conveniados com o governo federal.</p>					

⁴ Os grupos temáticos criados foram: 1) Juventude, 2) Legislação, 3) Sustentabilidade, 4) GLBTT, 5) Matriz Africana, 6) Cultura Paz, 7) Grupo Amazônico, 8) Pontões e redes de Pontos, 9) Rede da Terra, 10) Estudantes, 11) Audiovisual, 12) Patrimônio Imaterial, Culturas Tradicionais e Indígenas, 13) Patrimônio Material, 14) Rádios Comunitárias, 15) Hip Hop, 16) Economia solidária, 17) Ribeirinhos, 18) Gênero, 19) Artes Cênicas, 20) Criança e Adolescente, 21) Música, 22) Livro, Leitura e Literatura, 23) Escola Viva, 24) Ação Griô, 25) Cultura Digital.

Data	Âmbito	Local	Tema	Número de participantes	Principais questões tratadas
12 a 16 de novembro de 2008	III TEIA Nacional II Fórum Nacional dos Pontos de Cultura.	Brasília/DF	<i>Iguais na Diferença</i> (com base nos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos)	670 Pontos de Cultura, 1778 mil participantes, 88 trabalhos na Mostra artística.	Novos editais estaduais; Sustentabilidade dos Pontos de Cultura, revisão do marco legal em trâmite no congresso. Cortejo da “re” proclamação da república pela cultura.

Encaminhamento/manifesto público:

Documento entregue ao ministro, assinado pelos membros da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura, com a reivindicação da aprovação das Propostas de Emenda Constitucional 236 e 150 e reforma Lei Rouanet/aprovação PNC; renovação dos conveniamentos; coleta de assinaturas para o projeto de Lei Griô; início do debate de uma proposta de projeto de Lei do *Cultura Viva*.

Data	Âmbito	Local	Tema	Número de participantes	Principais questões tratadas
01 e 02 de setembro de 2009	III TEIA Regional Encontro Regional COMCULTURA (Comissão Estadual de Gestores de Cultura).	Vassouras/RJ	<i>O interior é a capital da cultura.</i>	60 Pontos de Cultura, cerca de 300 pessoas.	Marco Legal Articulação e movimento social na cultura Sustentabilidade

Encaminhamento/manifesto público:

Promover esclarecimento da lei 8.666/93; Marcar encontro com o presidente da Comissão Nacional da Cultura, deputado estadual Alessandro Molon (PT); Encontros periódicos na Estação Leopoldina para se descobrir a melhor maneira de se fazer essa prestação de contas; A Plenária votar dois representantes para a comissão do Grupo Estadual de Cultura; reunião do RECULTURA⁵;
Decisões: Audiência pública no dia 10 de setembro, às 10h na Câmara municipal sobre Cultura e lei ISS; Proposta de um projeto de Pontão de Cultura jovem (sugerido em plenária); Parceria com as escolas para que aumente o número de jovens nos Pontos de Cultura; Maior envolvimento dos Pontos de Cultura na I Conferência Nacional de Comunicação. Propõe-se a organizar a Conferência Livre dos Pontos de Cultura para que as decisões sejam incluídas no documento nacional. Criar estratégias de mobilização.

⁵ A realidade do trabalho informal, terceirizado e precário foi o motivo do setor cultural e de criação do movimento RECULTURA - Frente Parlamentar para a Reforma da Cultura. O movimento propõe um novo marco regulatório para as atividades artísticas e culturais no Brasil, visando reformas nas legislações trabalhista e tributária a fim de viabilizar a área como um importante setor da economia.

Data	Âmbito	Local	Tema	Número de participantes	Principais questões tratadas
30 a 03 de outubro de 2009	II Congresso de Cultura Ibero-americana	São Paulo	<i>Arte e Transformação Social</i> e debates regionais	Pontos de Cultura convidados e representantes de 22 países membros da Secretaria Geral Ibero-Americana (SEGIB)	Expansão do Programa <i>Cultura Viva</i> no cenário internacional

Encaminhamento/manifesto público:

Não houve documento final.

Data	Âmbito	Local	Tema	Número de participantes	Principais questões tratadas
01 de agosto de 2009	Microteia Regional Noroeste	Itaperuna/RJ	<i>Encontro dos Pontos do Noroeste Fluminense</i>	10 Pontos de Cultura, 100 pessoas.	Fortalecimento e união para subsidiar as políticas públicas de cultura por meio da realização de quatro encontros regionais em cidades das regiões do Estado do RJ.

Encaminhamento/manifesto público:

Criação do Fórum da região noroeste do Estado do Rio de Janeiro.

Data	Âmbito	Local	Tema	Número de participantes	Principais questões tratadas
09 e 10 de setembro de 2010	Microteia Regional Baixada Fluminense	Nova Iguaçu/RJ	<i>Teia Baixada Territórios Culturais</i>	45 Pontos de Cultura, cerca de 1200 pessoas (considerando o público rotativo dos diferentes momentos: oficinas, exposições, palestras, apresentações artísticas, reuniões, etc).	Apresentação, debate e compartilhamento dos trabalhos e iniciativas culturais.

Encaminhamento/manifesto público:

Carta dos Pontões, Pontos e Pontinhos de Cultura da Baixada Fluminense ao Brasil, para o fortalecimento, continuação e ampliação do Programa *Cultura Viva* do Ministério da Cultura.

Data	Âmbito	Local	Tema	Número de participantes	Principais questões tratadas
25 A 31 de março de 2010	IV TEIA Nacional III Fórum Nacional dos Pontos de Cultura.	Fortaleza/CE	<i>Tambores digitais, a diversidade cultural se encontra em todos os pontos</i> (comunicação e cultura digital).	1500 Pontos de Cultura e cerca de 4000 pessoas.	Fortalecimento dos fóruns e redes estaduais; consolidar o Programa <i>Cultura Viva</i> como política pública; aprovação do marco legal.
<p>Encaminhamento/manifesto público: Indicação de três nomes para compor uma lista que irá definir os participantes do CNPC; Eleitos 52 integrantes (27 representantes dos estados e 25 representantes de grupos de trabalhos, GTs). Pauta para encaminhamento: Criar marco regulatório (<i>Lei Cultura Viva</i>) que garanta que os Pontos de Cultura se tornem política de Estado, Consolidar, institucionalizar e implementar o Sistema Nacional de Cultura (SNC), constituído de órgãos específicos de cultura, conselhos de política cultural (consultivos, deliberativos e fiscalizadores); Aprovação pelo Congresso Nacional da PEC 416/2005 que institui o SNC, da PEC 150/2003 designa recursos financeiros à cultura com vinculação orçamentária e da PEC 49/2007, que insere a cultura no rol dos direitos sociais da Constituição Federal, bem como dos projetos de lei que instituem o Plano Nacional de Cultura e o Programa de Fomento e Incentivo à Cultura (PROCULTURA) e do que regulamenta o funcionamento do SNC.</p>					

Apresentamos um breve comentário desses Encontros/TEIAS, uma vez que no item 5.2, a seguir, aprofundamos algumas considerações importantes para este estudo. Os temas dos encontros seguem uma interessante trajetória, sendo o primeiro de caráter midiático, *Venha ver e ser visto*. Em seguida, o tema *Tudo de todos* ampliou essa concepção, todavia as apresentações seguiram o viés midiático, com a apresentação de artistas já consagrados. O tema *Iguais na diferença* remetia a comemoração dos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e foi organizada com maior participação dos Pontos, sendo bastante diferente das TEIAS anteriores, promovendo apresentações mais populares e interativas.

As TEIAS regionais, em geral seguiram o tema das nacionais, com exceção da I TEIA Regional de Nova Iguaçu, que privilegiou a *Articulação entre Cultura, Economia Solidária, Trabalho e Cidadania* e o III Encontro regional de Vassouras, em que o tema *O interior é a capital da cultura* objetivou visibilizar e valorizar as manifestações do interior do Estado. O II Congresso de Cultura Ibero-americana, foi realizado em 2009, ano em que não aconteceu a TEIA nacional teve o tema *Arte e transformação social*, com a apresentação da experiência de alguns Pontos de Cultura. A Microteia regional noroeste privilegiou o *Encontro dos Pontos do Noroeste Fluminense* e a Microteia Regional Baixada Fluminense, elegeu o tema dos *Territórios Culturais*. A última TEIA realizada em 2010 priorizou o tema da comunicação e da cultura digital: *Tambores digitais, a diversidade cultural se encontra em todos os pontos*.

Os encaminhamentos públicos em geral resultaram em documentos veiculados aos gestores das políticas culturais e as demandas estiveram relacionadas a necessidade de mudança no marco legal regulatório das políticas (lei de incentivo e a modalidade de conveniamento inadequada para as pequenas organizações e o montante de recursos recebidos), a possibilidade de tornar o programa uma política de Estado, a sustentabilidade dos Pontos e questões relativas a cultura digital e as Ações do programa, além do grande problema de gestão dos convênios e de prestações de contas.

Os locais de realização das TEIAS sempre foram definidos com base em longas disputas políticas, em que nem sempre prevaleceram o princípio da economicidade e priorização dos locais com potencial de desenvolvimento local e ligado a rede de Pontos. Isto, principalmente pelos entraves burocráticos que

exigiam processos de licitação em que apenas as grandes empresas e redes hoteleiras tinham condições de participar. Dessa forma, em vez de apoiar empreendimentos menores e de regime cooperativo e de economia solidária, o Estado, invariavelmente reproduzia a lógica hegemônica de mercado. Assim, apresentamos as demais considerações a seguir.

5.2

Apreciação sobre os encontros nacionais e regionais do RJ/ES

Consideramos que a participação, acompanhamento e a caracterização dos encontros regionais e nacionais, além da participação das reuniões mensais⁶ do Fórum do RJ/ES, nos permitem apontar algumas análises, além de demonstrar com base na síntese apresentada no quadro do item 5.1 que as reivindicações, em sua maioria, apontavam questões semelhantes e transversais. Todavia, os itens abaixo apreendem e problematizam diferentes demandas relacionadas ao percurso dos Fóruns nacionais e regionais:

- Informalidade dos processos organizativos;
- Dicotomias e dilemas entre a técnica e a política;
- “A TEIA é um evento dos Pontos ou do Governo?”;
- Movimentos sociais e Pontos de Cultura;
- Encaminhamentos, conquistas, desafios e as experiências de mobilizações.

5.2.1

Informalidade dos processos organizativos

Enquanto um encontro-reflexão-celebração, o processo experimentado pelos Pontos de Cultura nas TEIAS apresentam grande capacidade de invenção, movimento e luta contra as práticas antidemocráticas que impregnam a vida cotidiana e que dificultam o efetivo rompimento da lógica dominante, bem como a liberdade de criação e do pensamento. Apesar de terem envolvido um número

⁶ A média de participação dos Pontos variou bastante. Em alguns momentos críticos para a resolução de problemas tivemos a participação da maioria, cerca de 55 Pontos, referentes ao primeiro edital de 2004, que conveniou 72 Pontos. Posteriormente, com a participação dos novos Pontos do edital estadual *Mais Cultura*, esse número chegou a cerca 100 Pontos, nestas mesmas situações. Já em reuniões em que não se tinha nenhum problema grave a ser debatido e encaminhado, a média era de aproximadamente 30 a 40 Pontos, além daquelas que também foram esvaziadas, conforme as atas das reuniões.

significativo de pessoas, diante da dimensão continental e plural do país, nos perguntamos qual seria o impacto desses encontros, se agregassem um número cada vez maior de brasileiros.

As TEIAS têm debatido os desafios e complexidades relativos ao acesso às políticas culturais, bem como a viabilização de criações estéticas e inúmeros intercâmbios. Há um nível de informalidade e de experimentação na organização das ações, algo próprio da natureza das ações artístico-culturais que facilitam os processos por instaurar dinâmicas diferenciadas de aproximação e mobilização das pessoas, como os eventos que mesclam a apresentação dos grupos, que socializam informações de forma rápida, lúdica e inusitada e também por meio das novas mídias tecnológicas⁷.

Tentativas de reflexões-resistência-ruptura que implicam em tensões relativas a obtenção dos direitos recém conquistados. Contudo, o coletivo do Fórum muitas vezes se ressentiu de não ter encontrado formas, que não fossem as tradicionais, com plenárias, votação, representação (delegados⁸ votantes e “observadores” somente com direito a voz como nos Fóruns Nacionais), operando grandes discussões e embates para o encaminhamento das questões no âmbito do movimento nacional.

Nessas instâncias, ainda que de formas sutis, reproduzem-se, muitas vezes, algumas tentativas de imposições das tradicionais formas de debates e o predomínio daqueles que detêm experiência de militância e que, às vezes, supõem estar aptos a gerir os processos de forma mais eficiente que outros. Contudo, as dificuldades na organização e encaminhamento das propostas também envolvem tentativas⁹ de outras possibilidades e, portanto, a constante articulação com as “tradicionais” formas. O que prevaleceu, entretanto foi o enfrentamento de conflitos, bastante tenso. Todavia, isso supõe o exercício da democracia e a abertura para a desestabilidade que as alteridades provocam, principalmente em um coletivo plural e difuso como o da sociedade brasileira. Muitas vezes, a falta

⁷ Apesar das dificuldades técnicas, algumas reuniões do Fórum e das TEIAS foram transmitidas ao vivo por meio do *streaming*, que é uma forma de distribuição de informação multimídia por meio da *internet*, cujo *link* é disponibilizado via *e-mail*, para o acompanhamento das reuniões.

⁸ É interessante problematizar o termo “delegados”, ainda que na tentativa de exercitar a democracia participativa, permanecem as velhas linguagens, formas e às vezes, as posturas.

⁹ Em uma das plenárias do Fórum, foi sugerido “fazer rodas de convivência com a metodologias grão”, bem como a solicitação da garantia de um espaço “de fala para os mestres da cultura popular” e “da democratização do acesso para a juventude nos Pontos” (Relatório TEIA Nacional, 2010).

de paciência para ouvir o “outro” revela veladas formas de preconceito, desprezo e a postura superior em relação aos demais, o que inviabiliza a possibilidade de negociação e de mobilização conjunta.

Os processos mais desgastantes como a construção de regimentos¹⁰ internos e regras comuns muitas vezes operam como estratégias de afastamento das pessoas, ou ainda como formas de monopolização e até imposição de propostas e ideias, muitas vezes considerada pelas "bases" do movimento como tentativa de isolamento e até sem legitimidade dessa base. Todavia, o encontro das diferenças supõe atrito, e, portanto, maiores oportunidades de diálogo, problematização e politização das questões. O clima geral dos encontros nacionais dissolve o ambiente oficial e cerimonial que geralmente prevalece em eventos que têm a participação do Estado e de ministérios, por meio dos batuques, jongo, cantigas, sambadas, umbigadas e brincadeiras que adentram em alguns momentos as plenárias, suspendendo-as por alguns instantes, mas que também ocorrem simultaneamente desde a abertura até o encerramento.

Raros momentos na história do país, pois o caráter de celebração entre manifestações de diferentes lugares e linguagens marcaram as TEIAS, algo inédito num país de dimensões continentais e que não tinha apoio para intercâmbios tão valorosos como esse, considerando a híbrida sociedade brasileira. Assim, as fagulhas de entusiasmo e de liberdade movem a busca pela trocas, pelas interações e pela ação coletiva, na imensa pluralidade da ação cultural e política.

O encaminhamento das questões finais das plenárias nacionais, quase sempre envolveu o enfrentamento das tensões e o fervilhamento das subjetividades, inerentes a qualquer processo democrático. Contudo, há um compartilhamento em processo, ainda que sejam das angústias na busca de formas mais efetivas de mobilização, encaminhamento das prioridades, enfrentamento das hegemonias estabelecidas e principalmente em prol da ampliação dos direitos e acesso aos recursos públicos.

Assim, com base nessas reflexões, consideramos que as inquietações presentes no Fórum dos Pontos, tanto no âmbito regional quanto nacional, provocam a criação de outras possibilidades, que vão sendo gestadas

¹⁰ Vide no anexo 9.1.6 o Regimento interno da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura, 2009.

processualmente. Todavia, a ampliação dessas oportunidades para o conjunto da população requer a participação de mais pessoas, mais tempo de trocas e debates, o que poderia instaurar ainda mais pluralidade e, certamente, muitas outras perspectivas, sobretudo num país tão vasto como o Brasil. Assim, plenos dos benefícios que o âmbito da arte e da cultura pode proporcionar, maiores seriam as chances das resistências tornarem-se criadoras de alternativas, passíveis de romperem lógicas deterministas e limitadoras das potencialidades humanas.

“Entre” desafios e deslocamentos provocados foram deflagradas fragilidades dos partidos de esquerda, que não são homogêneos e têm divergências internas entre grupos e tendências, caracterizando o intrincado jogo de interesses políticos partidários, além da disputa política que também ocorre no interior do governo e das inúmeras contradições societárias. Isso reflete a falta de unidade na acumulação de forças entre si e com os movimentos sociais para aprovarem as mudanças propostas na legislação, e na estrutura burocrática estatal, mas também, e em última instância, "explica" e/ou "justifica" algumas permanências, atitudes e a manutenção do instituído e das antigas forças hegemônicas que se beneficiam dos recursos públicos e se reproduzem. E por fim, ainda que haja interesses comuns, nem sempre, resistem aos interesses particulares.

5.2.2

Dicotomias e dilemas entre a técnica e a política

A frase “Não tem solução técnica é tudo solução política” de um dos participantes do Fórum nos remete a um recurso recorrentemente utilizado pelos gestores de políticas, que insistem em separar, pelo menos no discurso, questões entre a técnica e a política. Deste modo, configura-se uma forma de referendar a soberania da lógica da disciplina burocrática, que limita as ações, o debate e a transparência das questões políticas e dos interesses em disputa. Além disso, o discurso das normas e da suposta “neutralidade” da técnica é utilizado pelos gestores e invariavelmente oculta as manipulações e autoritarismos que visam manter ordens estabelecidas, os poderes vigentes e o acesso e benefício públicos apenas para alguns poucos grupos com interesses particulares e econômicos.

Uma das marcas das discussões nos fóruns sempre foi a gravidade dos entraves burocráticos, que consumiram um enorme tempo e geralmente desviaram o foco e a força da incidência política na organização dos movimentos, prejudicando o estabelecimento de prioridades e a clareza das ações estratégicas. Como preocupação fundamental as questões burocráticas inviabilizavam frequentemente a concretização dos processos de aprofundamento das questões relativas às forças hegemônicas que restringem o acesso e a efetivação dos direitos e das políticas para um maior público, mantendo-se a distância entre o Estado e da população.

Todavia, apesar de que a ênfase na gestão possa ser uma “armadilha”, o Fórum do RJ/ES pautou importantes mudanças nos encaminhamentos e na estrutura das ações do Programa *Cultura Viva* e foi fortalecido com esse processo. Sua primeira batalha, como já abordamos no terceiro capítulo, foi o episódio do complexo processo de conveniamento dos jovens com o MTE/bolsa do primeiro emprego¹¹, que foi tão impactante para a realidade dos Pontos que não havia outra opção a não ser a união de todos e a construção de estratégias de enfrentamento das questões. Nesse processo, foi possível uma maior troca de informações entre os Pontos, bem como foram consolidados elos de confiança, tornando possível a consolidação de um coletivo que passou a encaminhar conjuntamente propostas e ações.

Após muitos debates e reuniões, em uma das plenárias, o Fórum exigiu a presença do Ministro como condição para o movimento evacuar o prédio Gustavo Capanema, sede do MinC/Regional no centro do Rio de Janeiro. No dia seguinte, o Ministro compareceu e dialogou sobre as dificuldades e possibilidades existentes, e, por fim, o convênio com o MTE foi extinto, provocando a reorganização da ação Agente *Cultura Viva*, que foi reeditada em 2009, em parte baseada nas sugestões dos Pontos de Cultura. A sugestão do repasse do valor das bolsas diretamente para o Ponto de Cultura se efetivou por meio de edital de bolsa, não tendo sido incorporado no Plano de Trabalho dos Pontos em geral, mas apenas dos Pontões de Cultura.

¹¹ Este convênio exigiu ações articuladas para mudar o curso do convênio com o MTE, que estava acarretando sérias dificuldades nos locais onde os Pontos estavam sediados, comprometendo as relações com históricos parceiros, como os jovens suas famílias. Apesar de todo o esforço em cadastrá-los, segundo rigorosos critérios, atrasos nas bolsas que foram “prometidas”, promoveram tensões e a desestruturação de atividades.

Isso permitiu a utilização de critérios próprios e relativos às diferentes linguagens artístico-culturais de cada grupo. Além disso, deu ênfase à formação mais ampla e não à especialização ou profissionalização como era imposto pelo convênio com o MTE; além de deslocar a ideia do jovem beneficiário para o jovem protagonista. A ampliação da faixa etária dos jovens e do tempo de duração do benefício também foi alterada de seis meses para um ano. Porém, a solicitação da abertura dos equipamentos de cultura como os teatros, cinemas, museus, dentre outros, de forma mais acessível aos jovens, não foi contemplada.

Apesar das dificuldades, consideramos que esta foi uma experiência¹² coletiva bem sucedida no enfrentamento de conflitos, que agregou o grupo, ou seja, uniram-se ao passar pelas mesmas situações, além de engajar pessoas que não tinham vivenciado momentos como esse, mas que foram mobilizadas a partir deste grupo, no enfrentamento de outras questões. A correlação de forças, portanto, se estabelece à medida que algumas situações propiciam engajamento, exige convivência, trocas e um longo processo de diálogo e, principalmente o reconhecimento das diferenças e, portanto, de atritos, os quais, por sua vez, caracterizam o regime político da democracia.

Para a avaliação desse processo e a continuidade dos encaminhamentos, o Fórum dos Pontos do Rio de Janeiro deliberou a necessidade da organização de um Encontro Regional em 2006 para dar visibilidade, fortalecer e demonstrar a necessidade de ampliação do Programa *Cultura Viva*, referendando-o como política pública de Estado e não apenas um programa de Governo. Sobretudo para esclarecer que os problemas de gestão e “técnicos” de regulação dos convênios, atraso de repasses e os demais problemas são inerentes ao processo de avanço no acesso e debate sobre as políticas públicas. Isso despertou e otimizou, em certo sentido, a pressão política para a necessidade da qualificação do Estado para atender as demandas da sociedade, e não somente de alguns interesses privados e historicamente hegemônicos.

¹² Benjamin, Foucault e Walsh nos remetem às correlações da *experiência* vivida que geralmente nos escapam, bem como as supressões históricas produzidas enquanto fatalidades e forças de saber e de poder e à transgressão de um sistema epistemológico dominante. Já Thompson (1989, 1984) afirmava que a *experiência* da classe operária inglesa, no século XVIII implicou em ações conjuntas nos “motins”, e, portanto, tornou-se referência “de que poderiam ser exitosos”. Além disso, atribui à classe uma dimensão histórica, cujas *experiências*, a lógica econômica e o desenvolvimento das relações sociais estavam relacionadas às dimensões do tempo e do espaço do cotidiano da vida, que foram modificadas pela popularização do relógio, pelas regulações, racionalizações e controle do tempo do trabalho e do não-trabalho.

Assim, estes movimentos podem levar a outros, além de se configurar numa das formas de resistência a um sistema pautado pela irrelevância da política e a crescente despolitização. Isso, em oposição também a um contexto pautado pela técnica, pelos cálculos, números e mensurações que primam pela concentração de riquezas, apenas por alguns, além de esmorecer os ideais e as utopias, esvaziadas e retidas no mesmo espaço que se destina às mercadorias, e nos impele a contrapor os determinismos que limitam a potencialidade da dimensão cultural, sobretudo, ao instrumentalizá-la.

Compreendemos que os argumentos e as práticas que colocam a técnica e a burocracia como empecilhos para mudanças atendem a interesses conservadores da ordem vigente, que beneficiam pequenos grupos, especialmente, na esfera privada em detrimento do favorecimento da sociedade como um todo, reproduzindo a dominação e a subjugação de uns sobre outros. Parafraseando Foucault, “nada é político, tudo é politizável, tudo pode tornar-se político”, ou ainda “não tem solução técnica é tudo solução política”, como já abordamos, sobretudo quando nos remetemos ao exemplo de que, quando o Estado “quer”, atende aos interesses das grandes empresas, para além do impedimento das técnicas, ou da burocracia, que são revistas e flexibilizadas.

O início de um processo de mobilização política talvez tenha sido o maior ganho. Devido às forças “desiguais” e ao contexto em que prevalece uma lógica liberal, em que o Estado não representa interesses comuns, mas assegura que sejam explicitados em esfera própria, que é a privada, limitam-se os poderes, devido à maior incidência e organização das forças econômicas e conservadoras. Deste modo, ainda se tem o desafio de tornar o Programa *Cultura Viva* uma política de Estado, propósito que perpassou todos os encontros enquanto uma das lutas dos Pontos de Cultura.

Todavia, fazer a “travessia” de uma política de governo a uma política de Estado envolve a mudança na legislação e nos marcos legais da cultura, o que levou ao debate e à formulação de uma minuta de projeto de Lei *Cultura Viva*¹³ a qual está em processo de construção. Embora isto envolva complexas relações políticas, não se tem garantia da continuidade do que foi instaurado pela gestão 2003-2010 do MinC. A *Ação Griô* Nacional também formulou um projeto de lei

¹³ Vide no anexo 9.1.5 a minuta de Lei *Cultura Viva* elaborada em conjunto com os Pontos de Cultura e uma consultora do MinC.

específica para o reconhecimento dos griôs e mestres de tradição oral e está em fase de coleta de assinaturas, na tentativa de torná-la uma lei conhecida e debatida, e, portanto, tem o cunho de uma lei de iniciativa popular.

A Lei¹⁴ Griô foi formulada por uma Comissão Nacional de Griôs e Mestres de Tradição Oral escolhidos pela Rede *Ação Griô* e contou com contribuições e participação da sociedade brasileira por meio de encontros regionais e nacionais e uma página na *internet*. A Assembleia Legislativa da Bahia, a Câmara de Vereadores de João Pessoa na Paraíba e a Câmara de Vereadores de São Paulo já realizaram sessões especiais sobre a Lei envolvendo cerca de 400 deputados, vereadores, representantes das secretarias de cultura e educação, griôs, mestres, educadores, e estudantes para discutir a Lei Griô e encaminhar a sua demanda nos orçamentos estaduais.

Este é considerado um dos maiores resultados qualitativos conquistados em 2010 pela Rede *Ação Griô*, cuja mobilização nacional busca atingir 1 milhão de assinaturas para apresentá-la ao Poder Legislativo Federal, efetivando o projeto de iniciativa popular. Enquanto resultado desta mobilização, a minuta da Lei Griô Nacional foi eleita na íntegra como uma das 32 prioridades da política do Ministério da Cultura na Conferência Nacional de Cultura, que ocorreu em março de 2010. Isto dentre a demais de 600 propostas que envolveu a participação de cerca de 200 mil dirigentes culturais, representantes de conselhos de cultura e comunidades de base em todo o país. A Lei Griô Nacional tem como meta instituir uma política nacional de transmissão dos saberes e fazeres de tradição oral, em diálogo com a educação formal, para promover o fortalecimento da identidade e ancestralidade do povo brasileiro. Isto beneficiaria, a longo prazo, outras manifestações artístico-culturais e não apenas os grupos apoiados até então, o que envolve o debate maior sobre o conceito e âmbito das políticas públicas como um todo, para além das questões pragmáticas e burocráticas que impedem os movimentos de avançarem.

¹⁴ A Lei Griô estabelece o apoio da Ação Griô com base na circulação dos Griôs nas comunidades e nas escolas, e a vinculação destes saberes e fazeres da tradição oral aos currículos promovendo a identidade e ancestralidade dos estudantes, educadores e da população brasileira. A Lei contempla a criação de mecanismos para que as comunidades apresentem aos conselhos municipais de cultura seus Griôs e Mestres de tradição oral, vinculados a projetos educativos, associações e a Secretarias de Educação. Foi registrado no Cartório do Registro de Pessoas Jurídicas da Comarca de Lençóis (BA), no Livro A-03, nº 215, o **Projeto de Lei de iniciativa popular Lei Griô Nacional** – uma política de transmissão oral do Brasil, em novembro de 2009.

Além disso, os Pontos têm participado dos debates sobre a reforma da Lei Rouanet/PROCULTURA e a implementação do Plano Nacional de Cultura já aprovado. Contudo, reduzir os problemas dos Pontos de Cultura à questão do marco legal, dos editais federais e estaduais e a aprovação de Leis é um equívoco tão grave quanto simplificar a complexidade do tema a uma mera questão de gestão ou de técnica, mas que também é eminentemente política. Os problemas de ordem jurídica, que envolvem principalmente a Lei 8.666/93¹⁵, e a estrutura burocrática e operacional, principalmente devido à falta de recursos humanos no MinC, além das disputas políticas internas por espaço e poder colocam em risco uma proposta revolucionária de política pública que valoriza ações e manifestações plurais que jamais foram valorizadas e apoiadas no país.

Ao final de uma das TEIAS regionais, destacamos a seguinte manifestação: “(...) ficou explícito um esforço recorrente de sair da subordinação catártica em torno das falhas do MINC, devido a sua frágil estrutura para acompanhar os projetos, que tanto prejudica os Pontos (as duas situações: as falhas e a subordinação), para buscar um novo caminho no aprofundamento de discussões sobre as estratégias de enfrentamento à desigualdade do contexto brasileiro” (Participante de Ponto de Cultura, Vassouras, 2009). Assim, a democracia e as políticas públicas não podem ser reduzidas a um “modelo de gestão”, excluindo o caráter decisório no âmbito das relações de poder, desconsiderando os sujeitos, desejos, demandas e contradições que se expressam nos espaços dos fóruns de defesa dos interesses coletivos.

5.2.3

“A TEIA é um evento dos Pontos ou do Governo?”

As criações tomam forma, prática e sentido quando experimentadas, vozes e ações que podem ser mais veiculadas, em vez de termos o silêncio mudo de grande parte da população brasileira, tão viva e expressiva. No entanto, cada vez mais confinada e sem acesso aos direitos básicos, cujo potencial de desenvolvimento e expansão é tolhido. O âmbito da criação e da

¹⁵ A Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, o Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007 e a Portaria Interministerial MP/MF/MCT nº 127, de 29 de maio de 2008, regulamentam as transferências de recursos da União mediante convênios para os Pontos de Cultura, contudo, a Lei 8.666/93 foi idealizada para a regulação de grandes investimentos do governo, sendo inadequada para projetos de pequeno porte com os Pontos de Cultura, como veremos com maiores detalhes posteriormente.

experiência/experimentação artístico-cultural pode propiciar que o sujeito possa ser protagonista de sua própria transformação e não assujeitado, objeto e apático a ser enquadrado ou “incluído”. É fundamental, nesse contexto, que se possa evitar a repetição de relações servis, comuns entre “patrões e empregados” em que se desrespeitam os hábitos e atitudes de culturas diferentes.

Portanto, muitas discussões no âmbito dos Fóruns remetiam ao limiar entre a ampliação dos editais para mais Pontos e continuidade das ações com o apoio do Estado. Isto envolvia o debate sobre o respeito e a valorização do que já vinha sendo realizado pela sociedade há muito tempo, um dos pressupostos do *Cultura Viva*, sem que se impusessem critérios, sobretudo, burocráticos que traziam muitos desgastes e, paradoxalmente, eram obrigatórios, sem que condições fossem estabelecidas para isto¹⁶.

Assim, denotando jogos de “saber e poder”, cujos resultados podem incidir em dependência do apoio do Estado e não na autonomização das pessoas e grupos, que correm o risco de ter que se adaptarem às regras para ter acesso aos recursos, mais do que a valorização e o reconhecimento público que isto possa desencadear. Isto nos remete também ao próprio conhecimento e à sua disciplinarização, bem como à rigidez imposta nos espaços institucionalizados, algo oposto ao espaço não formal do Ponto de Cultura em que não se delimita à priori os lugares e tempos específicos para as trocas ou para os possíveis aprendizados, ou, pelo menos, acreditamos e defendemos que não se deveria estabelecer, para então cumprir a sua proposta de ser um espaço de convivência, de criação, expressão, escuta, voz, compartilhamento livres e por que não do desenvolvimento de um rico conhecimento e alternativas com base em outros saberes e culturas.

Passível de questionamentos e rompimentos, esta lógica exige que as lutas sejam processuais e contínuas, sobretudo, por envolverem possibilidades que podem ser encontradas de forma conjunta, o que é bastante diferente das soluções impostas e tidas como salvadoras por alguns, que as impõe como corretas. Assim, em 2007, a primeira plenária do Fórum Nacional dos Pontos de Cultura foi

¹⁶ Destacamos que, em diálogo no Fórum dos Pontos, descobrimos que vários Pontos de Cultura tiveram informações diferenciadas sobre os procedimentos a seguirem. Ao serem questionados, os técnicos do MinC afirmaram que eles também recebiam informações desencontradas, diferentes e até opostas dos órgãos de controle como a Controladoria-Geral da União (CGU) e o Tribunal de Contas da União (TCU), instaurando uma série de impasses para os grupos.

acompanhada e avaliada pelo Instituto Paulo Freire (Instituto Paulo Freire, 2007). Os resultados concluíram que 66% dos Pontos consideraram os objetivos do Fórum parcialmente atingidos, enquanto que 25% entenderam que os objetivos não foram atingidos, e apenas 7% considerou que os objetivos foram plenamente atingidos.

A avaliação qualitativa apontou uma série de problemas quanto à estrutura do Fórum e da TEIA: a falta de passagens para alguns representantes, a grande distância dos alojamentos quanto à realização do Fórum, atrasos nos trabalhos, insatisfação quanto à metodologia, pouca interação quanto às decisões estaduais e regionais construídas, pouca efetividade quanto ao esclarecimento dos objetivos do Fórum, tempo escasso para as discussões e direção autoritária da Comissão dos representantes de Pontos de Cultura Nacional, foram os problemas mais abordados.

Este percurso se deve em parte pela condução de um Ponto de Cultura contratado pelo MinC para organizar este encontro, e que não dialogou suficientemente com a comissão dos Pontos de Cultura formada para realizar o acompanhamento, desencadeando um processo com inúmeros problemas que poderiam ter sido resolvidos com o compartilhamento das decisões, o que não ocorreu. A tônica do evento, portanto, surpreendeu a maioria dos participantes com apresentações de artistas “consagrados” em detrimento da maior apresentação dos Pontos ou de grupos menos conhecidos, caracterizando, ao contrário, um encontro com a marca dos espetáculos midiáticos. Outra dificuldade foi a impossibilidade de intercâmbio entre os Pontos de Estados diferentes, caracterizando esta edição da II TEIA como conturbada, o que impactou a plenária do Fórum.

As propostas dos grupos, que se reuniram por região, foram lidas, mas não tiveram espaço para serem debatidas, deixando, para muitos, uma lacuna no resultado do encontro. “A forma das deliberações foi imediatista. Não esgotamos as discussões antes de chegarmos à decisão por uma comissão”, relatou uma participante do Ponto de Cultura de Pernambuco, que propôs o segmento Comunidades Indígenas e Comunidades Tradicionais/Herança Intangível para ter assento na Comissão Nacional, com aval da plenária. Deste modo, a plenária foi bastante tensa, mas também foi um marco, pois rompeu a lógica de representação regionalizada, via Estados, passando a ser considerada a representação das

linguagens artístico-culturais, delimitando-se a criação de 25¹⁷ grupos temáticos, e, portanto, contemplando a diversidade das questões e manifestações culturais existentes, após muitos debates e atritos entre aproximadamente 400 Pontos participantes.

Dentre as questões que ficaram abertas, por exemplo, foi a sustentabilidade dos Pontos, porém, para os organizadores, os trabalhos na plenária foram realizados no limite das possibilidades por se tratar de um primeiro Fórum Nacional. Por se tratar do início de uma mobilização e de discussão política, ponderou-se que as dificuldades eram intrínsecas e até mesmo fecundas, explicitando conflitos inerentes ao processo de organização das prioridades. Anseios, descompassos e os problemas que envolvem o desenvolvimento de possibilidades de constituição de lutas comuns e a própria democracia. Neste processo, o Fórum dos Pontos de Cultura do RJ/ES fez uma avaliação do Encontro nacional de 2007 em uma das reuniões, cuja síntese e questionamento central foram o seguinte: a TEIA é um evento dos Pontos ou do governo? Afinal os argumentos eram de que havia sido repetida a desorganização de 2006, em 2007, apesar da condução de um Ponto de Cultura que desconcentrou e pulverizou a ação da Comissão Nacional do Fórum, cujo foco deveria ter sido a organização política dos debates e dos grupos de trabalhos do Fórum Nacional dos Pontos de Cultura, daí o questionamento de que o Fórum viesse a ser mais autônomo.

Considerou-se ainda que o evento expressava a relação com o governo, pois a maioria dos Pontos de Cultura não estava representada na TEIA 2007, como aconteceu em 2006, em que ocorreu a celebração e o compartilhamento das criações e produções dos Pontos de Cultura do país, que foram mais visíveis e compartilhadas, apesar das dificuldades e propostas de que os Pontos assumissem a organização. Assim, o formato do Fórum foi questionado, sendo reivindicadas mudanças que pudessem refletir a *Cultura Viva* também.

Concluiu-se ainda a necessidade de ações propositivas para influenciar a concepção, elaboração e produção da TEIA seguinte, que foi realizada em 2008. A Comissão Nacional recém oficializada em 2007, embora ainda não tivesse

¹⁷ Os grupos temáticos criados foram: 1) Juventude, 2) Legislação, 3) Sustentabilidade, 4) GLBTT, 5) Matriz Africana, 6) Cultura Paz, 7) Grupo Amazônico, 8) Pontões e redes de Pontos, 9) Rede da Terra, 10) Estudantes, 11) Audiovisual, 12) Patrimônio Imaterial, Culturas Tradicionais e Indígenas, 13) Patrimônio Material, 14) Rádios Comunitárias, 15) Hip Hop, 16) Economia solidária, 17) Ribeirinhos, 18) Gênero, 19) Artes Cênicas, 20) Criança e Adolescente, 21) Música, 22) Livro, Leitura e Literatura, 23) Escola Viva, 24) Ação Griô, 25) Cultura Digital.

unidade, diante desta experiência, evidenciou a necessidade de um novo modelo para o FNPC, principalmente na sua forma que, para os participantes, significava também conteúdo. “Temos de criar e inventar uma forma nova de fazer “plenárias finais”” (Relatório TEIA Nacional. Coordenador de Ponto de Cultura, 2007).

No ano seguinte, o Fórum realizou a II TEIA Regional na cidade do Rio de Janeiro, em parceria com a Secretaria de Programas e Projetos Culturais (SPPC/MinC) e a Representação Regional RJ/ES do Ministério da Cultura. O 2º Encontro Regional dos Pontos de Cultura foi parte do processo de mobilização e articulação política da rede dos Pontos de Cultura em todo o Brasil e culminou com a realização do Encontro Nacional dos Pontos de Cultura, a TEIA Brasília, em 2008.

O Encontro regional priorizou o debate sobre os "Marcos Legais da Cultura", o "Fortalecimento da Rede de Pontos" e a "Sustentabilidade" dos locais. O maior grupo foi o segundo. Embora tenha debatido estratégias de articulação dos Pontos, discutiu também o cenário a ser enfrentado após as eleições de 2010 e a vigência do governo seguinte, que, na época, considerava não só a hipótese de continuidade, mas também a possibilidade de mudança. O tema da sustentabilidade era muito recorrente, e o caminho apontado foi o debate sobre a integração dos Pontos de Cultura, com base em um "tripé" que incluía a sustentabilidade, a estrutura e a horizontalidade.

Este último tópico gerou dúvidas e no debate esclareceu-se que isto supunha o conhecimento do trabalho do outro, do que se fazia e como se poderia estabelecer um diálogo e intercâmbio mais próximo. Deste modo, defendeu-se também a utilização mais freqüente da *internet* para se integrar, além disso, surgiu a ideia de uma "visita de mão dupla" entre os Pontos, em que um conheceria melhor o trabalho do outro e, assim, seriam promovidas mais trocas. Discutiu-se também a possibilidade de centralizar a administração dos Pontos de Cultura em uma espécie de “produtora cultural” para a articulação da rede dos Pontos, sobretudo, para veicular a sua produção, que seria um novo Ponto de Cultura, o que não se efetivou devido a questionamentos de alguns participantes acerca do risco da “institucionalização” do movimento dos Pontos de Cultura.

Foi considerado ainda que esta possibilidade pudesse burocratizar o que era mais interessante para os Pontos: a independência e a autonomia de cada espaço.

Após estas considerações, "representante", "líder", ou "grupos dirigentes" tornaram-se palavras proibidas, sugerindo que as relações permanecessem informais e com o caráter de movimento, sem que um "novo" Ponto viesse a conduzir o processo. Contudo, as complexas relações de poder, que envolvem aspectos como os de "quem sabe" e "quem não sabe" e os códigos de participação que alguns dominam e outros não revelam as pertinências que são incorporadas e que também limitam a ação de muitos sujeitos, num jogo de forças e conflitos. Houve uma plenária final na qual todas as ideias foram apresentadas com o objetivo de construir uma proposta para apresentar no encontro nacional dos Pontos de Cultura, em Brasília. Todavia, a questão premente era o edital estadual e a possibilidade dos Pontos já conveniados com o governo federal estarem aptos a concorrer ou não. Embora legítima, esta questão reduzia a potência do movimento, revelando a falta de articulação para mudanças mais efetivas, como a aprovação do marco legal e das Leis Griô e *Cultura Viva*.

Assim, em 2008, ocorreu a edição da III TEIA nacional com base na reflexão dos nos 60 anos da Declaração Universal dos direitos humanos. Entre discussão política, reflexão, celebração e produção estética, a TEIA sempre teve o desafio de criar uma estrutura que estimulasse a articulação, mas que ainda suscitava indagações em torno de como garantir formas diferenciadas que envolvessem um grande número de pessoas, autônomas e que respeitassem os diferentes saberes, tempos e processos.

Formas organizativas descentralizadas que estão em construção, como ouvimos: "Uma Teia que se descobre a cada momento, a cada Ponto, a cada diferença, se descobre nessa luta pra que sejamos iguais no direito. Ela tem um formato novo, uma configuração que incomoda muita gente, inclusive a nós. Mas nos fascina e, como desafio, estamos chegando à terceira Teia no planalto central do Brasil" (Chico Simões - Ponto de Cultura Invenção Brasileira – DF, TEIA, 2008). Assim, em 2008, a Comissão Nacional do Fórum dos Pontos de Cultura, em conjunto com o Ponto de Cultura Invenção Brasileira/DF, assumiu a organização e realização da III TEIA e II Fórum, em Brasília, implementando um processo mais participativo, com base no aprendizado e enfrentamento das dificuldades das edições anteriores.

Os 25 grupos temáticos foram realizados e a plenária final foi menos tensa que a edição anterior, porém com a preocupação central na problemática dos

novos editais estaduais que não permitiram a inscrição dos Pontos “antigos”, evocando polêmicas novamente. A questão do financiamento perpassou muitas discussões, sobretudo, com a preocupação de continuidade das ações. A ênfase na sustentabilidade dos Pontos, questão sempre muito forte, colocava “em xeque” a possibilidade do programa tornar-se uma política de Estado com maior aporte de recursos para a sua expansão. Por outro lado, estes encontros foram fundamentais para que os Pontos de Cultura refletissem sobre a dependência *versus* a independência do apoio do governo e se consolidassem como um movimento de grupos culturais com autonomia e estrutura para lutarem e se apoiarem mutuamente, sobretudo, por se tratarem de manifestações que já existiam anteriormente ao estabelecimento do convênio com o MinC, cujas trajetórias e estratégias de sustentabilidade, em sua maioria eram longas, embora precárias, frágeis e sem apoio público.

Não obstante, foram gestadas diferentes formas, em meio a tantos assuntos importantes em pauta, em que as discussões eram sempre intercaladas com apresentações artísticas abertas ao público. As TEIAS provocaram pequenos deslocamentos, exercícios de protagonismo e de embates políticos. Deste modo, a manutenção dos Pontos de Cultura como política de Estado, com orçamento previsto legalmente e mecanismos de controle e gestão compartilhados entre o poder público e a sociedade civil foi uma das reivindicações do II Fórum Nacional dos Pontos de Cultura, apresentadas em uma carta entregue ao ministro da Cultura, no encerramento da TEIA, em 16 de novembro de 2008.

O que estava em jogo era a sobrevivência política de um conceito de Ponto de Cultura, de gestão compartilhada, de relação entre a sociedade civil e o Estado, além da construção de uma rede nacional de entidades culturais que puderam se encontrar, dialogar e identificar anseios comuns, dentre os quais o de consolidar um movimento a partir da cultura, fator de mobilização importante na sociedade brasileira, mas também com um longo caminho pela frente.

Enquanto ações que também correspondem à captura e ao controle dos movimentos por parte do Estado, esbarramos nas velhas contradições sempre presentes. No entanto, as experiências de apropriação dos processos suscitam ruptura, saída e invenção. Mesmo que o contexto histórico cultural e econômico produza incessantemente formas, racionalidades e critérios que inviabilizam a

amplitude de outras formas de organização, acreditamos nas ações em movimento, nos saberes, poderes e ações instituintes dos sujeitos políticos.

5.2.4 Movimentos sociais e Pontos de Cultura

Destacamos que, desde a primeira TEIA de 2006, os eventos também foram um encontro dos movimentos sociais como o MST, Hip Hop, UNE, dentre outros, pois, além da proposta de ser uma mostra da diversidade cultural brasileira, a articulação dos movimentos sociais, por meio dos Pontos de Cultura, se configurou como outra possibilidade de mobilização, uma vez que as ações destes grupos foram reconhecidas como “Pontos de Cultura”, via convênio com o MinC.

Todavia, lideranças dos movimentos culturais do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e da União Nacional dos Estudantes (UNE) demarcaram em depoimentos que não haveria sentido na produção cultural se não o do engajamento político e do comprometimento com a transformação das pessoas e da sociedade. Para líderes do setor de cultura do MST de São Paulo, apesar das diferenças entre o campo e a cidade, não existem diferenças entre os trabalhadores: “nossas aflições são as mesmas. Precisamos acabar com essa divisão e unir-nos. Unir-nos na condição de trabalhadores. E precisamos refletir isso nas nossas produções culturais” (Romualdo *apud* Yoda, 2007).

O destaque acima nos remete a parte da trajetória das políticas culturais que foi abordada no segundo capítulo, em especial na década de 1960, em que a cultura e a arte popular em geral foram instrumentos de conscientização política e ainda inspiram os movimentos sociais. O MST foi selecionado via primeiros editais do *Cultura Viva* com 16 Pontos de Cultura, distribuídos em 10 estados brasileiros. Nesta TEIA, foi enfatizada a necessidade de articulação dos movimentos com base nas produções artísticas de forma engajada. “A burguesia nunca criou cultura. Eles criam a moda, a pasteurização. Mas do funk ao samba, são manifestações do povo. A arte tem que ser comprometida com as questões sociais. Se não houver enfrentamento dos problemas e da indústria cultural, estaremos a repetir o mais do mesmo (...). Às vezes, um artista até acha que está fazendo uma coisa boa, mas, no fim, está contribuindo para a roda” (Romualdo *apud* Yoda, 2007).

Deste modo, a inversão da ordem cultural é essencial para o MST, pois consideram que somente pensando em refuncionalizar o mercado é que os trabalhadores poderão recuperar a cultura que lhes foi roubada. Já o diretor de Cultura da UNE, afirmou que o movimento estudantil tem uma grande tradição nos movimentos culturais. Assim, destaca as experiências do Centro Popular de Cultura, os CPCs da UNE, nos anos 1960, que tiveram um papel importante no combate à ditadura militar. A entidade, segundo ele, precisou rever os conceitos e formas de trabalhar com a arte e a cultura.

“O movimento cultural hoje tem uma dinâmica própria. Não podemos trabalhar de cima para baixo. Por isso criamos o CUCA (Centro Universitário de Cultura e Arte). Ele segue com uma dinâmica diferente do movimento estudantil. Mais espontâneo e mais amplo. Apenas tomamos o cuidado de pautar o debate político maior, partindo da discussão de políticas públicas culturais” (Alves apud Yoda, 2007). A UNE foi selecionada com 10 Pontos de Cultura, em 10 estados, e acredita que o *Cultura Viva* esteja invertendo o foco da produção cultural brasileira.

“Um exemplo simples disso é o fato da TEIA ter sido realizada na Bienal de São Paulo, um espaço tradicional da burguesia paulista. Nesses quatro dias, nós, movimentos, ocupamos a Bienal com muita riqueza e diversidade. Tomamos posse daquilo que é nosso. Isso já é sinal de mudanças, sem contar o poder de articulação dos movimentos sociais através da arte” (Alves apud Yoda, 2007). Estes breves relatos, aliados à experiência de participação nesse encontro, nos permite problematizar a dimensão da transversalidade da cultura em diversos âmbitos. O impacto poderia ser muito mais amplo, à medida que mais pessoas pudessem participar, o que, certamente, provocaria mudanças no cenário brasileiro e fortaleceria a organização de movimentos para compartilhar experiências e pautar o debate político de forma plural.

Tendo em vista que as contradições fazem parte da vida e também da política, antigos ou novos, os movimentos sociais enfrentam refluxos que exigem a sua reinvenção, persistência e articulações que os mobilizem e promovam a identificação de lutas e demandas comuns para a efetiva transformação da sociedade e a ampliação dos direitos sociais, políticos e econômicos. Todavia, diante do contemporâneo contexto social, transformá-lo, contemplando áreas

populares que não eram reconhecidas, em protagonismo político é algo em disputa e em processo de construção.

Ao longo do tempo, tornaram-se comuns muitos fatos que antes eram considerados equivocados e comprometedores para uma considerável parte dos movimentos e organizações, como o recebimento de verbas de algumas empresas ou do próprio Estado. Como elemento da adaptação a uma sociedade pautada pela única e “violenta” integração ao mercado, num território banalizado e governado pela lógica da exploração econômica, da manipulação política e da desintegração do coletivo, as vivências e o acúmulo de informações, sobrepõem-se a memória histórica, reproduzindo ininterruptamente o caráter dramático de uma conjuntura que perdura.

Porém, as manifestações artístico-culturais, que até então estavam à margem do acesso ao recurso público, passam a ter alguma visibilidade. Seu potencial questionador, seara que remete ao mais básico e primitivo no ser humano, como os desejos e a indignação, principalmente a capacidade de intervenção pública, e de mobilização, desperta protagonismos para a construção de alternativas que contemplem um número maior de manifestações e o coletivo. Embora, este potencial possa ser cooptado também por forças conservadoras, há possibilidades de outras construções, sobretudo, diante contexto desigual cada vez maior, que nos trazem demandas urgentes que implicam lidar, cada vez mais, com complexas questões sociais.

Todavia, neste contexto, há todo o tipo de organização, desde as assistencialistas, clientelistas, mercantis, dentre outras mais críticas e politizadas. Diante da população brasileira cada vez mais espoliada, não é possível ignorar a necessidade de articulação dos movimentos sociais e culturais, das políticas públicas e a construção de alternativas ao contexto individualista que cada vez mais atende às demandas de caráter privado, em detrimento do público.

A cultura gera movimento. Conservadora ou libertária, pode alienar ou despertar consciências e corpos, promover manutenções ou transformações por meio de repressões ou de estímulos para criar outras possibilidades de vida. Enquanto um direito humano fundamental é dever do Estado assegurar seu exercício, bem como financiar os e espaços já existentes e que funcionam, além da criação de outros, mediante as demandas, e o apoio aos meios da criação/produção, distribuição, circulação e acesso.

5.2.5

Encaminhamentos, conquistas, desafios e as experiências de mobilizações

As questões que o movimento do Fórum do RJ/ES conseguiu pautar e para as quais conseguiu obter mudanças foi a revisão na Ação Agente *Cultura Viva*, cujo convênio com o MTE foi extinto e a Ação reformulada como já vimos. Além disso, foi exigida a participação dos Pontos na organização das TEIAS nacionais e um espaço para a realização das plenárias do Fórum Nacional dos Pontos de Cultura, bem como o apoio para a criação da comissão nacional dos Pontos de Cultura, o qual foi obtido em 2007. Foram obtidos também o apoio para a realização das reuniões da Comissão nacional dos Pontos de Cultura¹⁸ e a realização de editais estaduais e municipais para novos e antigos Pontos de Cultura.

Os encontros de conhecimentos livres foram mantidos para a capacitação dos jovens e interessados na operacionalização do sistema Linux. Todavia, a questão da criação de um programa de fomento ao intercâmbio e circulação interestadual dos Pontos de Cultura não foi efetivada. Dentre outros desafios, desde 2006, se exige que o programa venha a se tornar uma política de Estado, para além de um governo, independente das questões partidárias, que envolvem a disputa por valores, conceitos e a ampliação dos direitos para a população. Outra importante demanda está relacionada ao acesso à *internet* e à socialização das novas tecnologias, o que se efetivaria por meio das antenas GESAC e a utilização do kit multimídia disponibilizado pelo Ministério. O aperfeiçoamento dos mecanismos da gestão compartilhada já era problematizado desde o início da vigência do programa, e é também uma questão que permanece aberta, envolvendo a legitimação de interlocutores até então ausentes na disputa pela democratização da cultura.

¹⁸ Embora com muitas críticas e tensões, o MinC apoiou a realização antecipada de encontros preparatórios nos estados e regiões do país, o que contribuiu para a articulação de redes e fóruns estaduais dos Pontos de Cultura.

A organização¹⁹ conjunta das TEIAS regionais bem como a interlocução e a tentativa de dialogar sobre os Encontros nacionais foram experiências que aproximaram os Pontos. Somadas as propostas de “Cortejos culturais” pelas ruas da cidade onde se realizavam os encontros, pretendia-se visibilizar as ações culturais para a sociedade em geral, com vistas socializar a importância da ampliação do Programa *Cultura Viva*. Apesar de alguns ganhos, ainda não se conseguiu tal visibilidade, em parte, pela não obtenção dos pretendidos 2% para a cultura. Além disso, os valores da renúncia fiscal ainda privilegiam, em sua maioria, os grupos hegemônicos com interesses comerciais apenas.

A diferença e importância qualitativa das ações ainda não é alcançada pelos números. Além disso, ainda não se consegue medir a importância da significativa valorização das pessoas que historicamente foram subjugadas. Consideradas incapazes por serem pobres ou “sem cultura”, devido ao parâmetro europeu e colonizador vigente, como vimos no segundo capítulo, a população foi e ainda é identificada como problema, principalmente diante da não veiculação e desconhecimento por parte da sociedade em geral, das suas lutas “criativas” pela sobrevivência, por direitos e também da sua potencialidade e cultura, para além do caráter “exótico” geralmente publicizado na mídia em geral.

As diferentes naturezas e a diversificação das linguagens artísticas e culturais dos Pontos, em que nem todos têm capacidade ou intenção de atender ou atuar com grandes grupos populacionais, envolvem, em sua maioria, atividades caracterizadas por ações processuais com pequenos grupos de pessoas por maior tempo, não incidindo, portanto, em grandes contingentes populacionais. São ações que têm alto valor qualitativo no âmbito da formação integral do sujeito, que requerem um tempo processual. Portanto, quanto mais Pontos de Cultura puderem ser reconhecidos e apoiados, maiores os impactos quantitativos e qualitativos.

É preciso considerar também que os jogos de saber-poder, constituídos na complexa realidade brasileira, provocam o pouco investimento nas áreas básicas dos direitos, dentre as quais, a da cultura. As noções de incluído/excluído, de carência ou violência, dentre outras, enquanto concepções e produções forjadas

¹⁹ Os Pontos dividiam-se em comissões como: logística, elaboração de fichas de inscrição, credenciamento, abertura de mesas, apresentações e exposições, balcão de informações, refeições, organização das exposições, espaço do audiovisual, mediadores das oficinas e grupos de trabalho, transporte, além de eleger uma produção executiva e um “zelador” para acompanhar o processo. E nas plenárias finais elegiam-se os representantes para a composição da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura.

em determinados contextos e territórios, invariavelmente são aliadas a um conjunto de práticas que as correspondem, principalmente, na produção de um tipo de corpo a ser controlado e contido: o do pobre. Afinal, aumentar os percentuais de investimento social e cultural e fomentar a democracia participativa e o poder de decisão incidem na ampliação desses poderes e forças, bem como no embate com as forças hegemônicas, que limitam o protagonismo e a força de grande parcela da população, para conservar a lógica da acumulação do capital, que, por sua vez, reproduz incessantemente a desigualdade social.

O cenário heterogêneo e plural brasileiro compreende o conceito de cultura ampliada proposto pela gestão 2003-2010. Desafiam-se os grupos e as pessoas a criarem formas agregadoras de toda essa pluralidade. Na busca de princípios e interesses comuns para a articulação das diferenças, com vistas a configuração do interesse público maior, uma das formas de organização para uma maior participação na vida cultural de suas localidades tratada nestes encontros foi a sugestão de se atuar na construção dos planos estaduais e municipais de políticas culturais, dos planos plurianuais e especialmente, na gestão dos fundos públicos de investimento.

Contudo, a realidade na área cultural, em relação às demais como a Social, a da Saúde, dentre outras, que já constituíram os conselhos²⁰ paritários e participativos²¹ enfrentam dificuldades, como a lógica burocrática presentes nestes espaços, que, contraditoriamente, limitam as lutas políticas, realidade bem próxima da experiência dos Pontos na inserção no Programa *Cultura Viva*. Todavia, os Fóruns podem pautar a ação dos Conselhos, tornando as representações mais legítimas e monitoradas em prol do interesse público. Estes espaços estão em permanente construção, em detrimento de modelos e

²⁰ Na TEIA/2010 foram indicados três nomes, dentre os quais um foi escolhido para representar os Pontos de Cultura no Conselho Nacional de Política Cultural, no qual passou a ter assento.

²¹ A primeira Conferência Nacional de Cultura ocorreu em 2005. A pesquisa Políticas Culturais, Democracia e Conselhos de Cultura (MinC/Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura-CULT/UFBA-Coord.), constatou que o Brasil possui 23 Conselhos de Cultura Estaduais ativos, com exceção do Pará, Tocantins e Paraná, sendo que o Estado de Rondônia não o constituiu, o que pode inviabilizar a participação no Plano Nacional de Cultura e no Sistema Nacional de Cultura (Cultura.gov/Fórum Nacional Conecta Conselhos Estaduais de Cultura, 22/08/2010). O Rio de Janeiro está em processo de construção do Plano Estadual de Cultura, com conferências realizadas nas regiões do Estado, envolvendo os 92 municípios. Como resultado do diagnóstico realizado nas reuniões do Plano, em 2009, criou-se o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Cultural dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro (PADEC) que beneficiará os municípios do Estado, exceto a capital.

homogeneidades, têm-se a possibilidade de operar coletivamente em favor da ética e do fortalecimento da participação efetiva.

Mediante as múltiplas especificidades e os diferentes saberes que têm sido historicamente desqualificados pelos hegemônicos (Coimbra, 2007), é possível subverter hierarquias simbólicas para além da intervenção de técnicos ou autoridades. Tem-se, portanto, outras formas e terrenos de atuação, que podem ampliar as possibilidades de participação²², como, por exemplo, de pessoas ligadas diretamente às práticas, movimentos sociais e às diversas redes formais e informais que existem, mas que, muitas vezes, são invisíveis. “Há práticas que podem redefinir o sentido da lei” (Telles, 2000).

Ainda em 2009, no âmbito do Fórum do RJ, foi escrito coletivamente o projeto Tuxáua. O projeto foi finalizado em uma das reuniões do Fórum dos Pontos de Cultura do RJ/ES. Em algumas reuniões presenciais e um encontro específico para a sua discussão e *e-mails* trocados no grupo do Fórum, optou-se por redigir uma proposta que mobilizasse os Pontos para participarem com maior frequência dos encontros, viabilizados por encontros em cidades das regiões do Estado do Rio de Janeiro.

A proposta foi redigida inicialmente por meio da troca de mensagens eletrônicas e revisada por um grupo, que se disponibilizou durante o processo de debate. Posteriormente o projeto foi apresentado e debatido numa projeção em *powerpoint* numa das reuniões do Fórum, sendo modificada em alguns pontos pela plenária, e finalizada para ser enviada ao Edital público do MinC. A proposta foi aprovada e além da articulação política, objetivava-se conhecer a produção dos Pontos em seus locais de realização. Este projeto foi escolhido em detrimento de outros, em especial do que vinha sendo discutido sobre a necessidade de uma “produtora dos Pontos”, uma espécie de grupo que pudesse organizar a fluxo e a maior visibilidade das criações de cada Ponto de Cultura, mas que exigiria outro tipo de aporte financeiro e tempo de amadurecimento da proposta.

²² A participação nos Conselhos, Fóruns e movimentos foi aberta por uma sociedade civil emergente na sociedade brasileira. “Se a novidade das experiências políticas recentes qualifica-se por referência ao pesado legado autoritário e excludente da história brasileira, é nelas por outro lado – e isso o que importa aqui salientar – que se podem vislumbrar, no cenário das transformações em curso, alternativas de uma regulação democrática das relações sociais através de arenas públicas que confirmam legitimidade aos conflitos e nas quais a medida de justiça e a regra de equidade venham a ser alvo de uma permanente negociação capaz de firmar os direitos como parâmetros no reordenamento de economia e sociedade” (Telles, 2000, p.101).

A partir do projeto aprovado foi realizada a primeira **Microteia – Encontro dos Pontos do Noroeste Fluminense** no dia 01 de agosto no Auditório da Fundação São José em Itaperuna com palestras sobre políticas públicas, mostras culturais de diversos grupos. Foi instituído o Fórum de PC's da região Noroeste com reuniões a serem realizadas bimestralmente e de forma rotativa. Em seguida realizou-se a segunda **Microteia da Baixada**, nos dias 09 e 10 de setembro de 2010, no SESC Nova Iguaçu, com debates e mostras artísticas e a participação dos Pontos de Cultura ao longo do ano para a sua organização, as chamadas pré-teias. Esse evento originou a Carta dos Pontões, Pontos e Pontinhos de Cultura da Baixada Fluminense ao Brasil, conforme documento no anexo 9.1.7.

Com o propósito de construir e mobilizar canais de comunicação mais eficientes com os Pontos que estão longe da Capital e incluir todas as regiões do Estado do Rio na participação e atuação conjunta do Fórum dos PCs, objetivou-se fortalecer a união necessária e desejada para subsidiar as políticas públicas de cultura por meio da realização de quatro encontros regionais em cidades das regiões da Baixada Fluminense, da região Norte/noroeste, região Serrana e do Vale do Café/Costa Verde, e ações na Regional MINC – RJ, no Capanema. Todavia, as demais microteias não foram realizadas ainda devido ao atraso das parcelas do projeto.

Em continuidade ao processo de articulação, na IV TEIA, e III edição do Fórum em Fortaleza, último evento que participamos e acompanhamos, foi debatida também a consolidação de uma Rede nacional de entidades e grupos culturais, que em 2010, participaram da TEIA, que foi organizada a partir de três grandes áreas: Fórum Nacional dos Pontos de Cultura, Mostras Artísticas/Celebrações e o Seminário *Cultura Viva*²³, que se propôs a ser um espaço de diálogos e reflexão entre os Pontos de Cultura e os estudos/pesquisas em andamento, como referências conceituais da cultura contemporânea.

Em busca da permanência e ampliação das conquistas do *Cultura Viva*, as plenárias estaduais aconteceram antes da plenária nacional. A reunião dos Pontos de Cultura do Rio de Janeiro foi bastante fervorosa, por reunir pela primeira vez quase todos os Pontos de Cultura aprovados pelo edital estadual *Mais Cultura*.

²³ As temáticas deste Seminário foram: O programa e suas ações dentro do campo das políticas, com 12 pesquisas e Arte e Transformação: processos e experiências com 10 pesquisas apresentadas, cujos títulos e autores se encontram no anexo 9.2 deste estudo.

Todavia, as pessoas demonstraram-se ansiosas, com pouca disposição para se ouvirem, com um forte viés pragmático e sem paciência. Esse comportamento instaurou, mais uma vez o desafio de quebrar antigas lógicas da organização política, em que as reuniões de caráter deliberativo tornavam difícil garantir o direito de fala para todos, pois alguns, como é recorrente nestes espaços, estendem-se demais trazendo longas histórias pessoais e sendo pouco objetivos.

O regimento do Fórum nacional, contudo, não estabelecia nenhum impedimento para que fossem criadas novas formas, permanecendo apenas a característica de que as reuniões fossem deliberativas. Mas, eram recorrentes as perguntas sobre o formato e o que tinha sido pensado, exigindo de certa maneira, um formato pronto, em que se supunha já preparado, deixando muitos descontentes em participar da construção conjunta da pauta e do formato a serem seguidos, fazendo com que alguns saíssem muito aborrecidos. Isso caracteriza, algumas vezes, disputas corporativas por determinada linguagem, ou de caráter ideológico e político.

De certo modo, quando as ações são induzidas, tornam, de certa forma, mais fáceis os processos, conformando a ação de alguns sobre outros em virtude da capacidade aprendida e de interesses, como nos informa Foucault (1999), pois o poder é basicamente uma questão de relação e comando, “com” e “de” pessoas, do que uma confrontação entre adversários. O termo que permite captar melhor a especificidade das “relações de poder é o termo ‘conduta’: ‘o exercício do poder consiste em conduzir condutas e dispor a probabilidade’. Este é o sentido originário do conceito de ‘governo’²⁴, dirigir a conduta dos sujeitos ou dos grupos” (Castro; Foucault, 2009, p. 327). Caracteriza-se assim um complexo jogo, em que a liberdade²⁵ é a condição de existência do poder.

²⁴ Entre as relações de poder e os estados de dominação encontram-se as técnicas de governamentalidade, em que a relação consigo mesmo é constitutiva das práticas que permitem aos sujeitos definir e desenvolver estratégias em relação aos outros e as forças exteriores. Portanto, denominadas de “técnicas de si” e em conjunto com as técnicas de dominação, constituem-se a governamentalidade para Foucault. Dentre as técnicas, estão as de produção, de significação ou comunicação, de poder e dominação (que permite determinar a conduta dos outros), e as técnicas de si (operações sobre si mesmo, sobre o corpo, sobre a alma, sobre o pensamento, etc.). Foucault não se ateve a uma “teoria do poder”, mas a análise histórica acerca do seu funcionamento (Castro, Vocabulário de Foucault, 2009), (Foucault, 1994).

²⁵ O poder é exercido sobre sujeitos livres, que dispõem de um campo de diversas condutas possíveis. Assim, quando se exerce o poder, restringe-se a liberdade. O sujeito ético, para Foucault (1994), baseava-se na condição da liberdade, que para os gregos significava “não ser escravo” dos outros e nem dos próprios apetites e desejos, e, portanto, se caracterizava como um problema político. Deste modo, o “cuidado de si” implicava a questão da liberdade como ética.

Isto nos remete à relação de conflito de interesses com o Estado, já que tal processo não é passível de resoluções tranquilas, sobretudo, quando envolve cada vez mais pessoas e pluralidades. Deste modo, a ausência de uma ampla organização autônoma na sociedade faz sobressair os interesses corporativos. Esta situação é agravada pela pouca identificação e apropriação do próprio Estado pelos sujeitos, cuja distância e inoperância faz parte da experiência da maioria dos cidadãos²⁶.

Além disso, não há reconhecimento das alternativas produzidas no cotidiano a ponto de serem incorporadas pelas políticas públicas, pois a inflexibilidade, rigidez e burocracia da estrutura estatal e dos critérios não absorvem as práticas e as pessoas no sentido de oferecerem apoio efetivo para que saiam dos ciclos de problemas, e muitas vezes, do isolamento que se encontram. O enfrentamento dos poderes constituídos, portanto, envolve a existência de um profundo preconceito com a pobreza e com o que é popular, sem que se considere a cultura como parte importante de um contexto e não apenas como um complemento e secundária.

As demandas dos Pontos sempre incluíram a intensificação da comunicação, cuja base criada foi a plataforma virtual da Escola de Comunicação da UFRJ/ECO, também um Pontão de Cultura, *lócus* sugerido para que os Pontos se comunicassem e divulgassem a sua produção, além da postagem de vídeos e das Atas das reuniões mensais. Outra sugestão²⁷ foi a de fazer vídeos-conferências das reuniões mensais do Fórum para aqueles que, devido à distância, não pudessem vir a capital. Contudo, novas divergências foram colocadas, pois muitos alegaram que em seus municípios não existia internet banda larga, portanto, seria impossível acompanhar as vídeos-conferências, além de serem expressas algumas

²⁶ Carvalho (2001) e Oliveira (1998) abordam a gênese da constituição do Estado na sociedade brasileira, que teve “transplantadas” para o país formas jurídicas alheias a sua realidade no processo de colonização portuguesa. Assim, a população não vivenciou a experiência de conquista, mas de doação, tornando-se difícil a apropriação e o sentimento de que o Estado é feito pelo cidadão.

²⁷ A partir destas discussões, produzimos um histórico do Fórum dos Pontos de Cultura que foi circulado via *e-mail* do grupo para informar os Pontos “novos” do edital Estadual acerca do processo de constituição, dos documentos já produzidos, dos avanços e desafios que o coletivo enfrentou e enfrenta. O documento está em processo de atualização.

falas que lembravam ao coletivo que no interior do Estado do Rio de Janeiro era muito difícil acessar a internet, e a conexão²⁸ era precária.

Estes episódios demonstram a dificuldade de acesso, além de deixar clara a generalizada suposição de que isto seja algo relativamente fácil, gerando argumentos na plenária de que, mesmo que os Pontos que não tivessem acesso às mídias e à tecnologia, era preciso difundir-las: “para que possamos forçar que a tecnologia chegue para quem não tem, mesmo que tenhamos que capacitar pessoas para uso da mesma tecnologia” (Relatório TEIA Nacional. Participante de Ponto de Cultura). Outra sugestão foi a de se realizarem reuniões itinerantes, na cidade do Rio e também no Estado, o que poderia ser contemplado para além da realização das microteias (projeto Tuxáua em andamento).

O acesso à comunicação e à informação via internet não atinge a todos. Contudo, a disponibilização aparentemente “democratizada” tanto para os dirigentes, quanto para a base dos movimentos tem causado muitos impasses e desafios, pois o acesso às informações, ainda que não ampliado como deveria, permite maiores possibilidades de ação, de reflexão e problematização. Isto faz com que os dirigentes/líderes/representantes/comissões dos grupos tenham que administrar de forma bastante concreta, auto-gestionando e gestionando o processo dos debates virtuais, além dos presenciais. Assim, tornam-se cada vez mais restritas as possibilidades de uma suposta manipulação das informações e dos movimentos, o que era mais fácil e mais comum antes da disseminação destas tecnologias e acesso as informações.

Atualmente, qualquer pessoa da base de um movimento pode questionar, e até contestar, as possíveis imposições a partir das informações que circulam e estão acessíveis. “Os questionamentos acontecem a cada segundo, o que até bem pouco tempo atrás acontecia a cada congresso” (Relatório TEIA Nacional. Participante de Ponto de Cultura, 2010). As exigências e os desafios têm sido muito maiores para os movimentos atuais, pois as possibilidades efetivas de todos

²⁸ A moção pública veiculada na TEIA 2010 afirma: “nós, delegação dos Pontos de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, através dessa moção vimos exigir o cumprimento da portaria do ministério das comunicações que determina a instalação de antenas GESAC de banda larga em todos os pontos de cultura do país, para propiciar o acesso a banda larga e a democratização das informações para todos. (www.gesac.gov.br/www.idbrasil.gov.br) Solicitação da antena: lá tem o procedimento e o telefone” (Relatório TEIA Nacional. Fórum dos Pontos de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, 2010).

participarem são concretas e estão em pleno curso, mas também pulverizadas diante da quantidade de informações que são veiculadas, perdidas e “esquecidas”.

Os encontros acontecem também em espaços virtuais, muitas vezes apoiando, outras confundindo, mas interferindo de alguma maneira nos encontros presenciais. Assim, sempre é pertinente questionar se as lutas em prol das transformações garantem a resolução de problemas cotidianos e coletivos, ou os reproduzem. O diálogo e a troca permanente são fundamentais para estabelecer relações que problematizem permanentemente os processos, fazendo-os avançar. Temos outros protagonistas, outros conteúdos, e outras formas de fazer política em curso e em processo de desenvolvimento. Enfrentamos a exposição a uma enorme quantidade de informações que impactam as estruturas de conhecimento e de organização política de diferentes maneiras, configurando um tempo de transições.

Em breve alusão ao conceito de apropriação cultural de Martín Barbero (2001), desenvolvido no cerne do ambiente virtual, o autor afirma que há neste *locus* uma capacidade agregadora, cujas redes tem sido funcionais na medida em que haja articulação constante, o que não é diferente nos processos presenciais. Geralmente, após as TEIAS regionais e nacionais, as forças esmorecem. A fragmentação das áreas, mesmo no âmbito cultural, se deve a algumas “hierarquias” historicamente sedimentadas em que algumas áreas se sobrepõem a outras. “O problema não é mudar a ‘consciência’ das pessoas, ou o que elas têm na cabeça, mas o regime político, econômico, institucional de produção da verdade” (Foucault, 2008d, p.14). Deste modo, o desafio é enfrentar uma ordem social vigente que é reproduzida constantemente por meio dos veículos midiáticos e do funcionamento do sistema como um todo.

Além disso, os canais de representação são pouco acionados, como os parlamentares, legisladores e as instâncias políticas institucionais, que estão organizados em complexas bases constituídas, muitas vezes impermeáveis e distantes, desfavorecendo ações conjuntas e contínuas, funcionando mais como intermediários de favores pessoais e corporativos, embora eventualmente sejam demandados como poderiam.

A relação entre cultura e política vem sendo abordada por Dagnino (2000), como um processo de renovação que se iniciou no final dos anos 1970, situando as mudanças nas abordagens da esquerda latino-americana. Nessa relação, a

autora reconstrói o percurso das tendências marxistas tradicionais e discute o surgimento do debate de um marco teórico alternativo, o gramsciniano. As concepções do marxismo tradicional como o determinismo econômico, o reducionismo de classes, as dicotomias entre dominantes e dominados, bem como o Estado enquanto única arena decisiva das relações de poder foram relativizadas. O impacto renovador do pensamento gramsciniano se deve à afirmação de uma imbricação profunda entre cultura, política e economia. A leitura de Gramsci provocou a emergência de três tendências, dentre as quais, a crítica renovadora do marxismo tradicional, a ênfase na construção da democracia com o fortalecimento da sociedade civil e nos interstícios das duas - uma nova abordagem da relação entre cultura e política (Dagnino, 2000).

Assim, a partir das experiências impregnadas de sentido e significados, ancorados nas próprias práticas específicas dos sujeitos na contemporaneidade, funda-se uma disposição para assumir e reivindicar o direito à cultura, como um direito básico e fundamental. Ainda que, pela via do caráter imediato de suas próprias ações, da valorização local, auto-referenciada e auto-instituente de diferentes mundos culturais e artísticos, bem como de alteridades que exigem reconhecimento e lugar. Acreditamos que estas recentes mudanças apontam para um processo de ampliação de formas diferenciadas dos movimentos²⁹ e das lutas, que incorporem subjetividades insubmissas, que enfrentam inúmeras contradições e reivindicam espaços, políticas públicas que atendam suas demandas e, sobretudo, um lugar no mundo.

²⁹ Destacamos que para Gohn (1997) a expressão “novos movimentos sociais” foi cunhada na Europa, por Claus Offe, Touraine e Melucci, referindo-se aos movimentos ecológicos, das mulheres, pela paz, etc. Os novos se diferenciam dos velhos movimentos sociais, em suas práticas e objetivos, principalmente do movimento operário-sindical, organizado a partir do mundo do trabalho, ou seja, da produção, para movimentos situados na esfera da reprodução social. Para Doimo (1995) trata-se de movimentos populares com reivindicações por serviços diretos e com uma sabedoria prática que geralmente não é reconhecida. A valorização desses sujeitos de direitos foi deflagrada pela novidade da cultura participativa dos movimentos sociais, colocando novos temas na agenda pública, bem como a conquista de novos direitos. Se os anos 1970 são caracterizados pela disseminação de uma multiplicidade de organizações populares de base, os anos 1980 caracterizam-se por sua formalização. A rigor, tanto na América Latina como no Brasil, os anos 1990 representam uma conjuntura, em que, novos ou tradicionais, os movimentos sociais encontram-se contextualizados em meio às transformações da economia e da expansão dos mercados. E ainda, delimitados pela profunda crise estrutural da economia mundial e pelas mudanças nos modelos de organização da produção e do trabalho sob inspiração fordista para um padrão de flexibilização toyotista das relações produtivas e de trabalho. Em análise sobre o movimento estudantil, Gohn (2008) afirma o que pode ser estendido aos demais movimentos contemporâneos, ou seja, atualmente, as manifestações se situam mais no plano político-cultural, do que político-partidário, e embora partidos e grupos políticos estejam presentes, eles não dirigem ou não detêm a hegemonia na condução das ocupações.

Contudo, isto não significa atribuir ao sujeito a responsabilidade pelo seu suposto fracasso ou sucesso nesse intento, diante do predomínio da lógica perversa do sistema capitalista, em que a construção democrática supõe o reconhecimento de conflitos e explicita a disputa político-cultural de valores na estrutura de relações de poder na sociedade. Para além da aquisição formal de um conjunto de direitos relacionados ao sistema político-jurídico está circunscrita a ampliação da participação política, que contemplem a articulação e a intersectorialidade das políticas em benefício de um conjunto de direitos sociais, apontando para transformações e um projeto coletivo de sociedade. Desafios presentes no desenvolvimento de práticas concretas e em curso.

5.3

‘Entre’ reivindicações políticas: o calvário da burocracia nas políticas culturais

Para finalizar este capítulo, apresentamos algumas reflexões acerca das dificuldades operacionais das políticas culturais, ou seja, dentre toda a riqueza experimentada nos Encontros regionais e nacionais e com as políticas culturais, tivemos também o encontro com o Estado e com a burocracia, considerada um calvário, tamanha a sua complexidade. Enquanto um espaço de poder e controle, a burocracia opera na relação entre o Estado e a sociedade, imprimindo dinâmicas específicas que estão centradas na racionalidade, impessoalidade, hierarquia, qualificação técnica, direito administrativo e eficiência.

O horizonte de que a cultura possa ser feita por todos e para todos nos traz a importância do reconhecimento das classes populares como sujeitos do seu próprio processo de desenvolvimento, além do acesso, fruição e investimento que precisam ser ampliado. Objetivamos, portanto, problematizar o mecanismo de financiamento público de repasse de recursos para a área cultural, mais especificamente para o Programa *Cultura Viva* e os Pontos de Cultura, que envolvem as instituições privadas sem fins lucrativos e grupos artístico-culturais.

As relações de poder advindas da participação, construção e acesso no âmbito das políticas públicas são permeadas pelo disciplinamento e pelo controle; pela dificuldade de acesso e comunicação com os gestores e técnicos, mas também pelas relações dos sujeitos numa dimensão criadora e ética em disputa pelo espaço e acesso ao recurso e bens públicos.

As manifestações culturais, enquanto legítimas, enfrentam o impasse de tornaram-se legalizadas para viabilizar o apoio formal dos editais públicos de políticas culturais. Um desafio que envolve a possibilidade da ampliação e manutenção de espaços e de atividades, cuja característica principal é o do desenvolvimento da cultura pelos diversos sujeitos que, por sua vez, apoiam a conexão dos campos subjetivo, objetivo (realidade/contextos) e o das crenças/manifestações coletivas (valores), além de viabilizar a articulação dessas pessoas, práticas, saberes, valores e tradições culturais diferentes e, portanto, de um conhecimento produzido no cotidiano e em interação.

Ao consideramos as manifestações culturais, verificamos que grande parte não tem estruturas administrativas que possam realizar todo o expediente burocrático, o que costuma recair sobre o artista, o artesão, etc., que passa a ter um sobretrabalho, além do trabalho cultural. O estabelecimento de relações contratuais com estes grupos envolve uma série de procedimentos burocráticos, e, além disso, a área da cultura trabalha com valores intangíveis, muitas vezes não mensuráveis. Todavia, os editais viabilizaram maior acesso para os grupos institucionalizados ou que contam com o apoio de organizações parceiras, o que envolve circunstâncias complexas. Ao serem selecionados, os projetos, em princípio, não passam por escolhas aleatórias e políticas, e ainda que não sejam a forma ideal de acesso possibilitam transparências e o questionamento dos resultados por meio de recursos, impugnações e reconsiderações.

Sem idealizar este processo, que também requer algum aprendizado sobre as regras de participação em um edital, destacamos que formas alternativas foram criadas para contemplar os “menos experientes” nesta elaboração, além dos editais serem abertos, no sentido de não ser necessário adequar ou desvirtuar o foco da sua ação³⁰. Mas que ainda assim, requerem simplificação e mudanças no marco legal e no acompanhamento das ações.

Destacamos ainda que o financiamento público feito via Fundos setoriais e não pela renúncia fiscal, permite a livre apresentação de projetos que não se encaixem em linhas específicas de ação dos editais, as denominadas demandas espontâneas. Algo bastante diferenciado e inédito no acesso a recursos públicos.

³⁰ Destacamos o exemplo da Secretaria de Diversidade Cultural do MinC, que criou inscrições via telefone e orais, por meio de vídeos, no caso das comunidades indígenas.

Embora haja quem discorde de que este tipo de arte e/ou cultura tenha que ser financiada pelo Estado.

Consideramos que o desafio maior está na implementação destas políticas culturais, configurada aqui em uma travessia em movimento, pois isto implica vencer a imensa força de resistência contra o incerto e o desconhecido, além de se tratar de um contexto que requer flexibilidade e articulação com outras políticas. Além disso, o que a promoção da cultura do “povo” pode significar, diante da pequena possibilidade de controle do Estado?

No entanto, somente vencendo a força de resistência conservadora é que se tornará possível desobstruir o acesso à experimentação, chegando à descoberta de que essas experimentações não são desintegradoras, mas produzem algo além do que é comum e apenas considerado mercantil e hegemônico. Estamos nos referindo à necessidade do enfrentamento contra o poder da resistência à diferenciação. Isso requer um trabalho exaustivo de médio e longo prazo, e também sutil, no sentido de realmente encontrar formas não “engessadas” de incorporar e valorizar este tipo de criação e produção cultural. Isto nos remete ao que Oliveira afirma:

(...) enquanto novas formas democráticas de controle social não são inventadas, é a política na sua forma atual que precisa ser vigilantemente praticada, aceitando a aventura amoral de criação do novo (...). De um lado, tratando de renegar suas traições, suas deformações e seus enganos, mas também valorizando seus momentos de solidariedade e vislumbres de futuro. (...) o fundo da irrelevância da política é a desigualdade (Entrevista a Francisco de Oliveira, 2006, grifo nosso).

Assim, apresentamos os seguintes itens:

- A ênfase na inadequação do marco legal;
- Estrutura administrativa e capacidade de gestão;
- Reprodução ou instituição de processos e relações sociais;
- Experiências coletivas e resistência;
- As dificuldades cotidianas de gestão e as suas implicações.

5.3.1

A ênfase na inadequação do marco legal

Há uma inadequação do sistema legal para o apoio a projetos de natureza cultural de pequeno porte com base em um complexo procedimento que deve

atender aos princípios da legalidade, isonomia, competitividade, impessoalidade, publicidade e economicidade. A legislação que regula os contratos/convênios é a lei 8.666/93.

Esta lei foi idealizada para grandes obras públicas e não para trabalhos artísticos culturais, sendo, portanto, imprópria para as contratações/despesas/serviços do universo cultural. A lei regula contratações de obras e compras de bens para grandes construções como uma escola, por exemplo, o que implica uma concorrência e o instrumento da lei serve para avaliar/licitar estas propostas. Já na área cultural, é feita uma adaptação, que considera a avaliação do mérito artístico, ou algo similar, na tentativa de adaptar a legislação. Além disso, os pagamentos de qualquer objeto ou contratação de um serviço só pode ser feito mediante cheque administrativo.

Há também a impossibilidade legal da contratação ou o pagamento de despesas de atividades rotineiras, tais como aluguel, água, luz, telefone, serviço e material de limpeza, taxas bancárias, contador, advogado, pessoal administrativo e qualquer serviço a título de taxa de administração ou similar, além da proibição de pagar impostos e taxas. Isto se deve ao princípio de que o Estado só deve se relacionar com entes capacitados. Todavia, é importante destacar que o mecenato (Lei Rouanet) não inviabiliza estes custos, por serem projetos financiados por meio da isenção de imposto, sendo permitido incluir estes tipos de despesas no orçamento.

Estas condições, dentre outras, resultaram em prestações de contas rejeitadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), atrasos no repasse das verbas e paralisações das atividades dos Pontos. O Fórum Nacional de Pontos de Cultura manifestou-se expressamente sobre o assunto em diversos momentos, além dos encontros regionais e nacionais. Assim, destacamos uma importante mudança obtida pela mobilização deste coletivo, cuja portaria interministerial MP/MF/CGU nº. 342, de 5 de novembro de 2008, artigo 39³¹, parágrafo único, garantiu o percentual de 15% para despesas administrativas.

Deste modo, a pesada ordem burocrática e o excessivo rigor demonstram que a administração pública brasileira não atende a sua população e nem é

³¹ Art.39 - Parágrafo único. Os convênios ou contratos de repasse celebrados com entidades privadas sem fins lucrativos poderão acolher despesas administrativas até o limite de quinze por cento do valor do objeto, desde que expressamente autorizadas e demonstradas no respectivo instrumento e no plano de trabalho.

compreendida por ela, sendo acessível apenas para uma elite que historicamente defende seus interesses privados. Isto se comprova pela orientação do TCU, que publicou no Acórdão 2492/2006 que o Ministério deveria abster-se de firmar convênios com entidades que não tivessem condições de executar seu objeto. Assim, seria muito mais fácil para o para o MinC gerir processos de continuidade à política implementada até 2002 beneficiando apenas grandes projetos e empresas, de caráter comercial, de marketing e que não rompem a lógica de concentração e reprodução da desigualdade estabelecida.

Contudo, a opção pela mudança tem envolvido conflitos na relação do Estado com a sociedade civil, caracterizando, portanto, impasses a serem enfrentados devido a sua emergência e visibilidade diante da frágil estrutura estatal que se apresenta no relacionamento e interação com a população. Nesse sentido, o *Cultura Viva* ultrapassa fronteiras de um programa governamental, deixando claros os limites de uma gestão que tenta se equilibrar sobre uma estrutura estatal profundamente elitista e conservadora. Assim, a sua implementação vem despertando o desejo por uma nova (des)ordem para o Estado brasileiro.

Destacamos a minuta de proposta da Lei *Cultura Viva*, embora ainda pouco debatida nos Fóruns de Pontos, em que ressaltamos na Seção IV - Prestação de Contas, que afirma:

Art. 7º. Por conta de sua natureza diferenciada, ficam os Pontos de Cultura dispensados de formalização junto ao Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV), no que se refere aos atos e procedimentos relativos à formalização, execução, acompanhamento, prestação de contas e informações acerca de tomada de contas especial dos convênios, contratos de repasse e termos de parceria (Port. nº 127/2008, Art. 2º, Inciso VI);

Parágrafo Único: Os atos dos Pontos de Cultura deverão, não obstante sua dispensa de formalização junto ao SICONV, ser registrados no SICONV (prazo), incluindo justificativa (Port. No. 127, Art 3º, parágrafo primeiro).

Art. 8º Ficam os Pontos de Cultura, por conta de sua natureza diferenciada, autorizados a realizar aquisições de bens e serviços através de Tomada de Preços apenas, sendo dispensados de realizar licitações de outras naturezas.

Parágrafo Único: Ficam dispensadas de Tomada de Preços as despesas até o valor de R\$ xx (reais), bastando para comprovação apenas um recibo simples.

Art. 9º A execução das obras e dos serviços deverão guiar-se na redação dada pela Lei 8.666/93.

Esta Lei foi elaborada com o apoio de uma consultora contratada pelo MinC e se encontra em processo de debate e reformulação. Apesar de que as mudanças

no marco legal não estivessem contempladas integralmente e os artigos 8º. e 9º., citados acima estivessem ambíguos e contraditórios, principalmente em relação aos serviços e a Lei 8.666/93. O item "obras e serviços" está generalizado, pois "serviços" pode se referir a maior parte do que um Ponto de Cultura faz, atrelando a regulação do convênio à lei 8.666/93. Além disso, as "obras" também poderão ocorrer nos espaços, sendo necessário esclarecer o termo "natureza diferenciada" relativa aos processos culturais.

Todavia, o movimento dos Pontos não consolidou um debate que poderia ter sido instaurado de forma mais ampliada na sociedade. Não foi, portanto, consensuado qual o caminho deveria ser escolhido, se a questão seria pautada no âmbito mais amplo da revisão do marco legal como um todo, em conjunto com outros movimentos sociais, ou se esse intento seria inicialmente proposto por meio da Lei *Cultura Viva* provocando o debate a partir da "natureza diferenciada dos Pontos", que poderia ter sido protocolada como uma Lei de iniciativa popular, a exemplo da Lei Griô.

Até outubro de 2010, antes das eleições presidenciais havia a possibilidade de que a Lei *Cultura Viva* fosse apresentada pelo executivo federal como parte da consolidação das leis sociais, um pacote legislativo elaborado no final da gestão 2003-2010, que não foi viabilizado. Não obstante, enquanto estas questões não são enfrentadas e reformuladas, o MinC tem se utilizado dos editais-prêmio, que, por meio de seleção pública, elege ações que recebem um montante a ser empregado na ação já em processo. Nesta modalidade o recurso pode ser gasto sem a necessidade de licitação dos valores, pois apenas os convênios são regidos pela Lei 8.666/93. Assim, exige-se apenas um relatório e a comprovação de que o recurso foi empregado de forma coerente com o projeto inscrito no edital do prêmio, como já abordamos no terceiro capítulo. Isto, porém, dificulta a ampliação e a consolidação de uma política pública.

O conveniamento dos Pontos de Cultura depende da disponibilidade orçamentária do Ministério da Cultura, portanto, o número de Pontos previsto em edital de seleção não garante o seu financiamento. A adesão ao programa *Mais Cultura*, pelos governos estaduais contaram com o lançamento dos editais de execução descentralizada que seguem o mesmo padrão e concepção. A orientação do programa é realizar uma seleção territorializada; portanto, os editais preveem uma divisão territorial dos estados para abarcar toda a diversidade de territórios de

forma equitativa. A territorialização é dividida em Territórios de urbanização³², de vulnerabilidade social³³, de identidades e culturas tradicionais³⁴ e territórios especiais³⁵.

Isto nos remete à questão da condicionalidade e seletividade no financiamento dessas ações, o que, por sua vez, está relacionado à disponibilização e investimento na área dos direitos sociais³⁶, algo a ser superado, ainda que gradativamente, visando à ampliação e à garantia dos direitos a todo cidadão. Assim, o número de Pontos de Cultura financiado por estado esta vinculado à disponibilidade de recursos de que o governo do Estado possa dispor para assumir a contrapartida, e da previsão que se estabeleça nos Planos Plurianuais, que são quadrienais e requerem a apresentação de resultados para garantir a sua destinação³⁷. Além disso, o contingenciamento de recursos já se tornou comum, fato com pouca ingerência da população, e que ocorre à revelia das decisões tomadas em espaços públicos.

³² 11 regiões metropolitanas, 27 capitais, distrito federal, cidades com até 50 mil habitantes, 67 sítios urbanos (áreas de patrimônio histórico).

³³ 53 municípios com os maiores índices de violência, favelas, periferias e áreas de precarização habitacional, 1.251 municípios com os menores índices de educação básica/IDEBS, áreas de conflitos e disputas territoriais.

³⁴ 120 territórios rurais de cidadania, reservas indígenas, comunidades remanescentes de quilombos, comunidades artesanais.

³⁵ Bacia hidrográfica do São Francisco, região do semi-árido e rodovia Cuiabá-Santarém, BR 163 – Área de incidência de obras do PAC (programa de aceleração do crescimento) do governo brasileiro criado em 2007.

³⁶ Sobre a cultura ser considerada como um **direito social** há duas perspectivas, a primeira considera que, assim como os direitos civis, políticos, sociais e econômicos, os direitos culturais também passam a ser considerados direitos fundamentais, com o reconhecimento da cultura material e imaterial. Todavia, o direito à cultura não foi elencado dentre os direitos sociais dispostos no artigo 6º da Constituição Federal, mas adotamos a argumentação de Cunha (2000), que nos demonstra que é importante destacar o reconhecimento objetivo da cultura enquanto integrante da ordem social, como direito social e expressão dos direitos fundamentais do homem, apesar das redações do texto constitucional. Destacamos, contudo, que há uma Proposta de Emenda à Constituição, PEC 49/2007 em tramitação na Câmara, que propõe uma nova redação ao artigo 6º da CF/1988, incluindo a cultura como direito social. Outra PEC, a de número 236/2008, com o mesmo objetivo, está em andamento na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), que analisará a matéria.

³⁷ Os Pontos de Cultura recebem um questionário do MinC para ser preenchido com os dados sobre o seu atendimento, visando à construção de um índice de acesso à cultura, que é calculado mediante a ação direta dos Pontos de Cultura. Esse índice é utilizado para a “Avaliação do *Cultura Viva*” no Plano Plurianual (PPA) para assegurar sua permanência nesta previsão orçamentária. A construção do índice é feita mediante a apresentação dos seguintes dados que são enviados pelos Pontos: Número de pessoas que participaram das oficinas e cursos promovidos pelo Ponto de Cultura; Número de pessoas que assistiram aos espetáculos e demais eventos públicos promovidos pelo Ponto de Cultura; Estimativa do número de pessoas que habitam a comunidade atendida pelo Ponto de Cultura; Número de espetáculos, oficinas, cursos e demais eventos realizados; e tempo de funcionamento do Ponto de Cultura.

Outro problema enfrentado foi que, embora a liberação dos recursos esteja vinculada à prestação de contas da parcela anterior, aprovada pelo Ministério, isto não se efetivou na prática. As parcelas foram liberadas para alguns Pontos que não obtiveram aprovação oficial e os problemas das prestações de contas somente foram comunicados anos depois, sem que houvesse um acompanhamento para evitar equívocos, bem como aconteceram casos em que as parcelas não eram liberadas. Devido a estes problemas em relação aos convênios nacionais, houve uma diminuição de cinco para três parcelas de prestação de contas, o que dinamizou sua execução, haja vista as dificuldades em reunir toda a documentação necessária e o tempo de avaliação e encaminhamentos que isso levava nas execuções nacionais. Esta mudança também foi demandada pelo movimento nacional dos Pontos, em especial no Rio de Janeiro, uma comissão do Fórum dos Pontos locais foi organizada para contribuir na elaboração do edital estadual, que incorporou esta mudança, além de outras sugeridas, como uma maior assessoria e acompanhamento aos Pontos na execução orçamentária e prestação de contas dos convênios.

Estas possibilidades e inquietações são derivadas de uma interlocução com o Estado no acesso aos recursos, e que possibilitam a reflexão, principalmente em relação à vigência de hegemonias consideradas já estabelecidas e inquestionáveis. A produção e a ênfase na burocracia econômica e política em geral está subjacente à ideia e ao discurso hegemônico de que a técnica e a gestão são soberanas e visam à eficiência. Apesar de ser um equívoco, é, sobretudo, uma estratégia de dominação e controle, e, portanto, ofuscam possibilidades de resoluções e mudanças, diante das disputas e interesses políticos econômicos, que mantêm ínfimos os recursos relativos à implementação dos direitos sociais.

Assim, a mudança e a ampliação na distribuição de recursos têm um significativo impacto na esfera da criação e produção cultural como um todo, o que exige maior interlocução e a construção de um novo marco legal, além de políticas específicas para a área da economia solidária e colaborativa, que não foram implementados, embora previstos nas ações do *Cultura Viva*.

Os editais estaduais do *Mais Cultura*, em sua maioria, suprimiram este intento, substituindo-o por objetivos na geração de oportunidades de emprego e renda, contudo, deixando de delimitar formas de apoio mais consistentes. Assim, não oferecem instrumentais ou mecanismos de articulação com outras políticas,

principalmente, para garantir sua efetividade, deixando a cargo do projeto e do Ponto de Cultura a sua concretização, além de não impulsionarem uma política pública com ações e articulações mais claras que pudessem prever os canais de distribuição e circulação.

A concepção de “produtor cultural” não foi suficientemente desenvolvida pelo Programa *Cultura Viva/Mais Cultura*, que inicialmente previa um estreitamento das relações com a via da economia solidária, como foi iniciado desde a organização da 1ª. Teia nacional em São Paulo. Contudo, estas questões envolvem um maior desenvolvimento das ações cooperativas e autônomas, mas que esbarram na esfera econômica vigente, que envolvem questões relativas ao regime contratual de trabalho, dentre outras correlações, bastante significativas no âmbito das políticas culturais.

Quanto aos grupos que, a partir deste acesso aos recursos públicos/Estado, pretendam alcançar o escoamento de sua produção cultural via mercado, requerem fundos específicos para isto ao Sistema nacional de Cultura, implicando outras questões, para além do âmbito dos espaços dos Pontos de Cultura. Não seria adequado, portanto, transformar as comunidades autoras/praticantes de determinado tipo de atividade cultural em produtoras de bens culturais, sem apoiá-las nesse intento.

Outra ressalva importante consiste na discussão sobre a mudança na Lei Rouanet, e a possibilidade de captação e descentralizando a distribuição dos recursos públicos. Afinal, como até então vigorou, com base numa economia que tem o consumidor como referência, oferecendo-lhe poucas alternativas de escolha na área cultural³⁸, colaborou-se muito para a reprodução de uma arte e uma cultura bastante restrita, esteticamente una e alheia à grande parte da população, além de ser de fácil consumo pelos apelos midiáticos.

Ao focalizar apenas o consumidor e não o cidadão, é ignorada a incidência e promoção da esfera dos direitos, como o do acesso e produção cultural, em um

³⁸ De acordo com recente pesquisa do IPEA, o Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS) de novembro de 2010, inicialmente sobre cultura e justiça, destaca que os dados foram levantados considerando a percepção quanto à localização dos espaços para práticas culturais. Segundo Barbosa, o planejamento das cidades não leva em conta a cultura, já que, no geral, 51% dos entrevistados consideram os equipamentos culturais mal situados, e 59% consideram o comércio muito bem situado. A grande maioria, 71% dos consultados, afirmou que os preços altos são obstáculo ao acesso à oferta cultural, e 25% discordam e acreditam que os preços não são um problema. A questão da “barreira social” no acesso a cultura foi apontada por 56% dos entrevistados.

campo em que a lógica mercantil não predomine, pois ela invariavelmente desvirtua a possibilidade da criação e formação de uma cultura crítica libertária e autônoma. Podemos inferir que esta situação exige que os recursos sejam distribuídos da forma simétrica, necessidade já constatada nos mapas e dados regionais de distribuição dos recursos públicos como vimos no terceiro capítulo. Urge, portanto, a mudança no modelo de financiamento à cultura, atualmente refém das leis baseadas na renúncia fiscal; com a implementação da gestão democrática e transparente dos recursos do Fundo Nacional de Cultura, com a indispensável participação da sociedade civil e dos movimentos sociais.

5.3.2 Estrutura administrativa e capacidade de gestão

A dimensão dos programas idealizados pelo Ministério da Cultura não tem respaldo na estrutura administrativa existente. O ministério conta com poucos funcionários³⁹, em sua maioria terceirizados, portanto com grande rotatividade, além da falta de capacitação em gestão de projetos e análise das prestações de contas e concursos públicos que efetivassem maior qualificação e continuidade. Além disso, a legislação e protocolos de ação são pouco claros e inadequados, dentre outros, que demandam acompanhamento dos técnicos aos Pontos, o que configura a precariedade da estrutura do ministério, como constatamos:

O representante do Núcleo de Cultura Digital do Fórum, Ramón Rodriguez, explica a questão: ‘Temos uma média de um gestor para 75 Pontos de Cultura, o que é muito pouco. Quando um gestor consegue tempo para nos atender e começa a entender nosso funcionamento, o MinC já coloca outro funcionário no lugar e aí começa tudo outra vez e nós nunca conseguimos receber ajuda’. Outro problema apontado foi a dificuldade em prestar contas ao Ministério da Cultura. ‘Quem trabalha na cultura popular lá dentro da periferia não deveria ter que prestar contas da mesma maneira que uma empresa. Estamos lutando pela desburocratização da cultura porque queremos mostrar resultados com nosso trabalho e desempenho’, disse Gilvano Quadros, representante do ponto Culta Cultura, do grupo Coisa de Negro, de Teresina (PI). O grupo trabalha com dança, canto, percussão e artesanato ligados à cultura afro-brasileira. (<http://www.fac.unb.br/campusonline/novembro> de 2008).

Assim, os Pontos de Cultura padeceram em função de problemas no repasse de recursos, dentre outros entraves que denotam uma estrutura de gestão inadequada, além do conjunto legal impróprio para a interação com a sociedade

³⁹ Após a sua criação, em 1985, o Ministério da Cultura realizou somente um concurso em 2010 para o preenchimento de 253 vagas.

civil, caracterizando algumas das principais dificuldades enfrentadas pelo Programa *Cultura Viva*. As consequências destas situações são múltiplas, todavia, sem incorrer em análises fatalistas que se apressam em julgar e determinar apenas os aspectos relativos a um provável “desmonte do Estado”, ou relativas a “políticas sociais focalizadas”, como já constatamos em algumas análises, compreendemos que o apoio às “iniciativas já existentes” é um importante avanço na orientação das políticas públicas.

Embora suscitem brados analíticos de que esta possibilidade “avança na privatização do patrimônio público nacional”, a experiência dos Pontos de Cultura envolve manifestações culturais que, ao acessarem este recurso público, puderam sair de um território invisível, pondo em questão a falta de investimento nesse âmbito e a necessidade de maiores articulações e intersetorialidade no âmbito público com o apoio do Estado. Portanto, apoiar “iniciativas já existentes” é algo aparentemente simples, mas que contém uma imensa complexidade e importância enquanto diretriz de política pública.

E mesmo que isto pareça pouco elaborado para ser considerado um pressuposto ou diretriz de um programa cultural, na verdade, ao contrário, remete a inúmeras implicações que foram pouco ou quase nunca consideradas pelos gestores ou pelas políticas públicas que muitas vezes impuseram modelos. Podemos aferir ainda que este entendimento passe por uma compreensão política profunda e concreta para parte da população brasileira, que experimenta outra possibilidade muito concreta:

O Ponto de Cultura tem sido divisor de águas. Antes do Ponto e depois do Ponto. Aprendizado. O quilombo de Paraty está pleiteando escola e contam com o apoio do MinC. **Os ganhos estão acima das dificuldades impostas pela burocracia. Acho que apesar das lógicas da burocracia temos impulsionado a luta, mais do que paralisado, continuamos ampliando protagonismos** (Relatório TEIA regional. Plenária da III TEIA regional. Coordenadora de Ponto de Cultura, Paraty, 2009, grifo nosso).

Este depoimento no âmbito da III TEIA regional do RJ/ES em 2009 remete ao fato de que a riqueza da experiência compensa seu caráter eventualmente árduo, penoso e que exige intenso comprometimento na luta pela efetivação e ampliação dos direitos. Consideramos, portanto, que os editais do MinC permitem contemplar a amplitude das ações, tal como criadas e acontecem no cotidiano, o que as valoriza além de compreender o caráter de imprevisibilidade da criação,

mas que esbarram na exigência de obter a institucionalização dos grupos e movimentos para candidatar-se a estes editais, além dos poucos recursos que não permitem maior ampliação. Contudo, são grupos e pessoas que fazem parte de um contexto plural e difuso, tão característico da sociedade brasileira, mas com potencial de resistência criadora e de transformação das forças instituídas.

Sem a intenção de comparar o Programa *Cultura Viva* com as demais políticas sociais da gestão 2003-2010, e sem subestimar o alcance social das políticas culturais, as proposições em curso, de alterar a legislação e a condução das políticas culturais envolvem transformações relacionadas à indissociabilidade entre a cultura e a política, além do enfrentamento das hegemonias consolidadas em diferentes âmbitos. Como, por exemplo, das forças que tentaram impedir a realização da II CNC⁴⁰ e da I Confecom, contrapondo-as. Isto reafirma que as transformações exigem um longo processo de enfrentamentos diante das forças já consolidadas, que apenas iniciou e enfrenta impasses e incertezas.

5.3.3

Reprodução ou instituição de processos e relações sociais

A gestão das políticas públicas tem muitos limites por envolver inúmeros problemas, como a centralidade do Estado brasileiro na formulação das políticas culturais, que apenas começou a ser modificada via conferências públicas nos três âmbitos da federação; o sistema de financiamento público; o marco legal que não corresponde às relações com grupos menores que movimentam pequenos recursos, além do reconhecimento da cultura em sentido mais amplo, bem como a sua vinculação com a esfera da produção, desafiando o estabelecimento de políticas públicas culturais.

Além disso, as relações estabelecidas, ainda que inicialmente, entre as políticas sociais e as políticas culturais, as dificuldades relativas à formação e à profissionalização, distribuição e circulação de bens e serviços requerem a ampliação dos investimentos e outras medidas para enfrentarem dificuldades que não são exclusividade do círculo cultural, mas do universo produtivo como um todo. A seguir fazemos uma digressão, considerada importante para refletir sobre o financiamento público no Brasil, ainda que em outra área, como observamos:

⁴⁰ II Conferência Nacional de Cultura realizada em março de 2010 e a 1ª Conferência Nacional de Comunicação (1ª Confecom) realizada em dezembro de 2009.

(...) Sublinho o fato de que as principais entidades ruralistas do Brasil têm recebido 25 vezes mais subsídios do Governo Federal (do que o MST). E o curioso de tudo isso é que só é fiscalizado o pobre que recebe recurso público. Mas, sobre os ricos, que recebem um volume de recursos 25 vezes maior que o dos pobres, (sobre isso) ninguém faz nenhuma pergunta, ninguém fiscaliza nada. Parece que ninguém tem interesse nisso. E aí o Governo Federal subsidia advogados, secretárias, férias, todo tipo de atividade dos ruralistas. Então chama a atenção que propriedade agrária no Brasil, ainda que modernizada e renovada, continua ter laços fortes com o poder e recebe grande fatia de recursos públicos. Isso são dados do próprio Ministério da Agricultura (...). Ainda no Governo Lula, a agricultura empresarial recebeu sete vezes mais recursos públicos do que a agricultura familiar. Sendo que a agricultura familiar emprega 80% ou mais dos trabalhadores rurais (Carter, 2010).

Em certa medida, guardadas as devidas diferenças, isto também vem acontecendo na área cultural, em que o financiamento público, sobretudo antes da gestão 2003-2010, beneficiava apenas uma privilegiada parcela da população ligada ao mercado. Deste modo, as forças e os poderes instituídos reproduzem-se historicamente com base em uma materialidade e afirmação nas formas e no funcionamento dos processos, bem como nas relações sociais. Enquanto relação de forças imanentes e ancoradas em práticas e técnicas diversas, que, naturalizadas, estão dispersas em todo o campo social e envolvem a disseminação de crenças de que alguns estariam aptos a gerir recursos de forma eficiente e outros, não.

Consideramos que a tentativa, ainda que tímida, de reverter o processo de apropriação do Estado brasileiro apenas por alguns grupos foi instaurada por uma maior aproximação deste Estado com a população, colocando em “xeque” as possibilidades de acesso a recursos que não pertencem a uma minoria gestora ou elitista, mas à população como um todo. Afinal, ao contemplar uma gama de manifestações artísticas culturais que passam a ter uma parte de suas ações financiadas pelo Estado, tornam-se públicas questões e tensões pouco debatidas. Por mais complexas que estas questões sejam, o mais importante é o processo de questionamento acerca de quem, afinal, é o Estado, a quem as políticas culturais financiam, e a que temos direito, um ganho sem precedentes.

Embora a forma mais imediata escolhida tenha sido o acesso via “organizações sem fins lucrativos” para o estabelecimento dos convênios e do financiamento dos Pontos de Cultura, mesmo não sendo a forma mais adequada, foi a que possibilitou o próprio questionamento destas formas. O estabelecimento das tensões precisa ser enfrentado, podendo elucidar quais são as prioridades,

porque os pequenos grupos não institucionalizados e informais não podem ser apoiados, dentre outros.

Deste modo, o estabelecimento dos convênios tem trazido um desgaste, mas também muito mais transparência na distribuição e utilização do recurso público, além de ficarem claras as tentativas de desestabilizar as organizações menores por meio das acusações de má gestão do recurso, por não terem estruturas administrativas tal como as empresas, desconsiderando os diferentes contextos, valores e dinamicidade das ações.

A racionalidade instrumental emerge nos mecanismos de operacionalização e controle do Estado, sendo coerente a proposta de controle e manutenção de determinada ordem social. Contudo, algumas fissuras no acesso aos recursos têm sido propulsoras de mudanças, deixando claro que graves problemas precisam ser enfrentados, principalmente devido à lógica da burocracia, que é a da desconfiança, da assepsia e do controle, fazendo com que os recursos invariavelmente fiquem concentrados em grandes instituições, supostamente eficientes. É preciso, portanto, atenção e um aprendizado acerca das “regras do jogo”, para compreender as armadilhas e manipulações nas relações cotidianas, em que uns se colocam mais aptos que outros, desmerecendo as classes populares, retardando o processo de maior ampliação, melhoria e qualificação das políticas públicas a serviço da população.

Diante do histórico das políticas culturais, alardeia-se que, pela primeira vez, temos a implementação de uma política cultural enquanto política de Estado no Brasil. Apesar da instauração de diversos e importantes processos como o Plano Nacional de Cultura (PNC), que foi construído de forma democrática, e do questionamento de leis tendenciosas como a Lei Rouanet, ainda não se efetivaram as necessárias mudanças. Os Pontos de Cultura, ainda que tenha uma lógica interessante para o fomento dos espaços não formais e do apoio a manifestações populares, ainda não representam a forma ideal de distribuição de recursos, sem que haja transformações no marco legal, pois, ao se exigir a sua institucionalização para o recebimento dos recursos, algo contraditório e incompatível com os pequenos grupos, demanda, por sua vez, maior apoio do Estado nessa gestão.

Todavia, apesar destes paradoxos, reconhecemos a contribuição e a possibilidade de instauração de processos de mudança a partir dos próprios Pontos

de Cultura, conveniados ou não, para que continuem sendo reconhecidos a ponto de terem força para mobilizarem-se em prol da efetivação das transformações necessárias. Nesse sentido, a contribuição do Programa *Cultura Viva* aponta para a afirmação e concretização da noção de cultura ampliada, que estava restrita ao texto constitucional.

Como já vimos, parte dos diferentes modos de vida e as diferentes produções fora do âmbito estético hegemônico puderam ser reconhecidos, a ponto de serem financiadas, tal como existem e são realizadas pelos grupos e movimentos, algo muito distante da manutenção pelo Estado, de somente grandes investimentos no âmbito comercial da cultura. Isto com o objetivo de superar os mecanismos normalizadores de dominação das diferenças que, por extensão, se deslocam para toda a sociedade.

5.3.4 Experiências coletivas e resistência

O reconhecimento das diferentes manifestações artístico-culturais brasileiras pelo Estado situa-se no âmbito das estratégias e tentativas de mudança de paradigma vigentes no Ministério da Cultura na gestão 2003-2010. Nesse âmbito, a afirmação dos processos de significação cultural e as diferenças étnico-culturais autorizam a produção de campos de força, em que é questionada a supremacia de determinadas culturas sobre outras, em favor da coexistência, negociação e explicitação dos conflitos. Contudo, este processo envolve disputa de valores, cujas relações de saber-poder instituídas mantêm a produção e reprodução de discriminações e preconceitos cotidiana e contínua.

Estas questões referem-se à ampliação do nível de participação do conjunto da sociedade nos diversos níveis de gestão e de produção da cultura, bem como nos canais de circulação dessa produção. Recolocar a cultura na agenda política do Estado provoca reflexões acerca do seu papel, que está muito além do lugar “decorativo” ou instrumental. Sugere, ainda, o reconhecimento de que estão abertos novos campos de atuação, que envolvem ampliados fóruns de decisão. Os desafios consistem em reconhecer as complexas e inúmeras ações existentes na sociedade como produtoras de cultura e de alternativas, apoiá-las e incorporá-las

em políticas que possam ter continuidade, algo fundamental nos processos culturais de transformação e construção coletiva.

Além disso, por se tratarem de diversas organizações e grupos defensores do direito à cultura, a ampliação do escopo e do acesso pode colaborar na ampliação da possibilidade de usufruto do recurso e direito público. Afinal, os injustos mecanismos das políticas culturais vigentes até então não permitiram que a população pudesse desenvolver, ampliar e visibilizar a sua própria cultura, considerada historicamente “menor”.

Apesar dos riscos de que as manifestações culturais anteriormente não financiadas ou autofinanciadas e autônomas passem a buscar este reconhecimento do Estado enquanto Pontos de Cultura, passando a ter o ônus de certo grau de institucionalização, mesmo que em parceria com outras organizações, para responder às demandas burocráticas, consideramos que há a possibilidade também da politização dessa relação, ampliando os movimentos e, portanto, a prática de mobilização e participação social, que se tornam mais concretas e visíveis nessas experiências.

Não se pode subestimar a contribuição dessa parcela da população, pois não se trata da transferência da gestão/administração dos recursos públicos à iniciativa privada como é comum generalizar, mas da participação em processos que, até então, estavam bastante distantes da população e dos criadores da cultura. Não se trata ainda da defesa irrestrita dos Pontos de Cultura, mas da possibilidade de reconhecê-los enquanto legítimos e mudar as lógicas, ouvindo outras pessoas que não sejam apenas os gestores, os intelectuais, os artistas “já consagrados”, as autoridades ou os representantes de uma cultura hegemônica.

Sendo esta uma das formas de resistência ou de contras-hegemonias a um sistema consolidado e que, a priori, desconfia das “pequenas” organizações que não têm pessoas ou um grupo especializado no gerenciamento deste tipo de recurso, distinguindo-se das grandes organizações e das empresas. Assim, consideramos que este programa, ainda que em pequena escala, enfrentou a lógica do Estado, que não é aberta ao cidadão, mas, uma lógica de controle, de rigidez e autoritarismo. Um Estado que não está preparado para lidar com o cotidiano, com o dinamismo e o movimento das ações que se modificam à medida que há interações e trocas com inúmeras pessoas, desencadeando mudanças, avanços e

reorganizações em função do trabalho conjunto, que pressupõe respeito às demandas dos envolvidos.

As normas, as leis, a burocracia e o discurso são construções históricas de cada momento e **refletem a apropriação do Estado por alguns**. Há uma lógica de concentração de poder, uma blindagem burocrática e uma impessoalidade que predominam nas relações sociais e que naturalizam a superioridade e manipulação de uns por outros. Uma das saídas, portanto, é via movimento social, que pode colocar em evidência este tipo de situação, buscando maior estranhamento da sociedade em relação ao que é colocado como imutável e inquestionável.

Enquanto questões consensuadas, a pesquisa/avaliação do IPEA (2010) no acompanhamento e na avaliação de políticas públicas culturais constatou que o Estado brasileiro ainda não tem instrumentos adequados para suportar, de maneira efetiva, políticas com o desenho e forma de execução do "Programa Arte Cultura e Cidadania- *Cultura Viva*". Portanto, é necessário capacitá-lo, dotando-o de instrumentos jurídicos e de gestão adequados para que o programa persiga objetivos da cidadania cultural. Além disso, o *Cultura Viva* contribui para o enfrentamento de problemas relativos às carências de instrumentos e estímulos para a produção e circulação da expressão da cultura local⁴¹ e também pode contornar o problema do isolamento das comunidades em relação às novas tecnologias⁴² e aos instrumentos de produção e educação artístico-culturais disponíveis em outros meios.

O que está em questão a partir desta possibilidade é o desafio de estabelecer entre governantes e governados uma relação que não é somente de obediência, mas de interação e de ações concretas que beneficiem o conjunto da população. A possibilidade de veiculação dos próprios posicionamentos e de fazer parte de um programa como o *Cultura Viva* não implica necessariamente sujeição ou aceitação irrestrita das imposições, normas e relações já arraigadas no Estado. Embora estas implicações caminhem juntas, uma das possibilidades é a de visibilizar os

⁴¹ O programa foi responsável direto pela ampliação das atividades culturais realizadas pelos pontos. Embora 63% dos espaços físicos já existissem antes disto, entre bibliotecas, discotecas, brinquedotecas, salas de aulas etc., 37% derivaram do processo de conveniamento e, portanto, de indução por parte do poder público (IPEA, 2010a).

⁴² Os projetos como GESAC (programa de inclusão digital), *Cultura Viva*, Casa Brasil e Territórios Digitais do Governo Federal coexistem sem articulação entre diversos ministérios, como de Ciência e Tecnologia, Planejamento Orçamento e Gestão, Desenvolvimento Indústria e Comércio, Casa Civil e Cultura, além dos estados e municípios que também **não estão articulados e até com processos contraditórios** (Caribé, 14/06/10, grifo nosso).

conflitos, os desafios, cujos avanços e impasses requerem reflexões, sobretudo, porque incidem nas práticas que se aceitam ou se rejeitam, em prol da construção e ampliação de políticas públicas, bem como das transformações.

As intenções de mudança, os discursos e a prática, por mais avançadas que se apresentem, atingem, no máximo, a lógica da inclusão social subordinada. Dificilmente a universalização dos direitos ou a transformação das relações sociais. Questões que perpassam um contexto que não é simples, principalmente porque a burocracia contamina, envolve hábitos, controle, uma suposta organização, além da autoridade de uns sobre outros de forma irrestrita.

Apesar desses problemas, a instauração do *Cultura Viva* e das ações do MinC constituiu uma pequena e parcial ampliação do acesso aos recursos públicos, que é um mérito indiscutível, mas, por outro, demonstrou a precária estrutura do Estado para atender a um princípio que deveria ser básico, o do atendimento da sociedade civil no acesso aos recursos públicos. Consideramos, portanto, que o programa tensiona relações que não se resolvem via articulação interministerial apenas, mas exige a organização e intervenção dos movimentos, a revelia do aparato burocrático do Estado, que não está preparado para atender ao cidadão.

Assim, Benjamin (1984, 1994, 2006) nos remete às implicações que revelam a finitude individual e/ou coletiva da experiência, principalmente por não se tratar do que acontece cotidianamente, mas o que nos acontece e nos afeta, sendo intransferível ou exatamente igual para duas ou mais pessoas, ainda que enfrentem o mesmo acontecimento, não terão a mesma experiência. Contudo, abrem-se, a partir disto, perspectivas de intercâmbios, nas quais as experiências podem tornar-se infinitas ao serem compartilhadas, provocando movimento, mobilizações e transformações.

As práticas sociais configuram-se, portanto, como dispositivos para a reflexão das experiências locais, sua organização, suas interações, trocas de saberes e participação. Isto supõe abdicar das verdades impostas pelos poderes hegemônicos, que reproduzem assujeitamentos, subalternidades e/ou papéis pré-instituídos, mas passar a considerar as subjetividades que são produzidas ininterruptamente, abrindo novos caminhos, fronteiras e estratégias, desterritorializando papéis rígidos e limitadores do ser político.

Destacamos abaixo alguns dilemas na implementação do *Cultura Viva*, por parte dos gestores no nível do aparato estatal em diferentes momentos:

Quero pegar em mão de gente, ver corpo de gente, falar língua de gente, obliviar os códigos, quero matar o DASP, quero incinerar os arquivos de amianto, sou homem, ou pelo menos quero ser um deles' protestava Carlos Drummond de Andrade em 'Noite na repartição'. Ele próprio um servidor público. A questão da burocracia não pode ser negligenciada, pois ela se autorreproduz. (...) A burocracia estabelece uma espécie de legislação própria, em que normas e regulamentos devem prever por escrito todas as ocorrências e procedimentos, levando à padronização de condutas. Como decorrência, estabelece-se a comunicação formal, escrita, a 'papelada', que deveria racionalizar a divisão do trabalho e garantir relações impessoais, subordinadas a uma hierarquia da autoridade, em que cada cargo fica submetido a uma supervisão. Com isso, o componente humano é esvaziado e a especialização da administração se subordina cada vez mais a rotinas e procedimentos padronizados, com profissionalização, competência técnica e meritocracia, levando a completa previsibilidade do funcionamento. Em teoria é assim. (...) Como resultado (...) 'velhos' conhecidos, principalmente dos usuários: exagerado apego aos regulamentos, excesso de formalismo, resistência a mudanças, despersonalização no relacionamento, conformismo às rotinas transferência decisória, autoritarismo e utilização intensa de símbolos de status e autoridade. E a burocracia torna-se sinônimo de ineficiência, fechando-se em si mesma e se desconectando do público que, em última instância, deveria ser a razão do trabalho burocrático. **Deste pântano surge a dificuldade no atendimento, conflitos com o público, pouca atenção e descaso com os problemas reais. De um lado o público se irrita, de outro a burocracia se fecha, sentindo as pressões (legítimas) como ameaça à sua segurança. Esclerosamento, falta de inovação e criatividade, esse é o ambiente em que o *Cultura Viva* teve (e tem) que caminhar (...)** (Turino, 2009, p.153, 154, 155, grifos nossos).

Assim, as relações dos movimentos sociais com as estruturas sociais de poder, ao mobilizarem ações e pressões para que determinados problemas se resolvam, geralmente são absorvidas relações hegemônicas de poder, fazendo com que as reivindicações resultem em deslocamentos que exigem novas pressões e a constante rerepresentação das demandas para que sejam atendidas. Longe de deflagrar transformações que possam beneficiar um conjunto maior de pessoas, apenas algumas pequenas mudanças são conquistadas, constituindo-se em base para novas lutas.

A tensões relativas à burocracia serviram para mobilizar os gestores e Pontos, em movimentos que expuseram problemas estruturais que o MinC e os demais ministérios têm que enfrentar para ampliar os projetos e serviços de âmbito nacional. Ou seja, as estruturas do Estado não têm assimilado recentes mudanças, pois continuam perpetuando a centralização e a capacidade decisória em instâncias centrais.

Para ilustrar este impasse, temos que os Pontos de Cultura aprovados em edital e com planos de trabalho a cumprir tiveram que rever seus planejamentos e cronogramas diante das verbas que atrasavam principalmente aqueles relativos ao primeiro edital. Diante dos planejamentos/prazos e dos participantes das localidades que começaram a cobrar, e, posteriormente, mesmo com a resolução destes atrasos vieram outras dificuldades, como a das “prestações de contas”.

Os procedimentos burocráticos e as normas às quais as entidades foram submetidas não eram compatíveis com o montante recebido, com muitos gastos de pequeno valor e, quase sempre, abaixo do teto exigido para as licitações, além do conteúdo e natureza das ações. As atividades artístico-culturais em locais de favela ou de periferia envolviam pagamentos nem sempre mensuráveis, ou passíveis de se obter em três orçamentos válidos e se optar pelo menor. Tal foi o caso da construção dos móveis com material reciclado com o apoio de um artista local que seria remunerado, ou o pagamento de artesãos locais por hora ou atividade. Ou ainda, não se podiam realizar despesas no comércio local, muitas vezes informal e que não possuía nota fiscal para comprovar o pagamento, ou se exigiam inúmeros documentos e comprovantes de cooperativas locais que tinham que provar sua idoneidade, diante das exigências documentais.

Deste modo, a pesquisa do IPEA (2010) também constatou que as prestações de contas foram uma das dificuldades mais citadas pelos Pontos de Cultura em âmbito nacional. Além disso, para a maioria dos Pontos de Cultura, o convênio com o MinC foi a primeira experiência de gestão de recursos públicos, bem como era a primeira experiência vivenciada pela equipe do Ministério, principalmente por se constituir numa gestão de uma ação pública capilarizada como o *Cultura Viva*.

Feitas para transações com grandes empresas e volume de recursos, a legislação que incide sobre todos os convênios com o Estado tem a sua inadequação exemplificada, veiculada em livro (Turino, 2009), em que um Ponto de Cultura que trabalhava com aulas de dança, por conta da aquisição de um relógio de parede por R\$ 20,00, sua prestação de contas foi indeferida. Isto porque esta compra foi feita sob a rubrica “material didático”. Assim a entidade alegou que o relógio era necessário para a organização do início e término das aulas, evitando perda de tempo entre elas, porém, este impasse durou meses para ser

resolvido e consumiu um enorme tempo na tramitação dos documentos e negociações.

Em princípio, tais modificações exigem um prazo para alterações nos planos de trabalho, planilhas que contêm o máximo de detalhamento possível de uma despesa. Todavia, considerável parte dos Pontos de Cultura, por diferentes motivos, em especial o atraso no envio das parcelas por mais de um ano, tiveram dificuldades para realizar as alterações nos planos de trabalho em tempo hábil, além do insuficiente número de técnicos no MinC para orientar e resolver estes problemas, dialogar sobre as possibilidades. Isto se complicou um pouco mais, principalmente, por envolverem atividades que não puderam ser interrompidas, uma vez que já tinham iniciado e mesmo com o atraso dos recursos continuaram em andamento.

Deste modo, sensíveis às dificuldades e às mudanças no contexto em que estão inseridos e respeitando a dinâmica local, os Pontos de Cultura, após dialogarem no Fórum sobre os mesmos impasses vivenciados, comunicaram as mudanças nos planos de trabalho justificando-as em relatórios comprovando o cumprimento do objeto. Isso é permitido no processo de prestação de contas da Lei Rouanet, por exemplo.

Além disso, os Pontos relataram as atividades complementares ao que fora previsto inicialmente, e o mais importante: com a participação da equipe na reelaboração e enfrentamentos das dificuldades de forma conjunta, dialogada e, portanto, apropriada pelos participantes e grupos envolvidos com o Ponto de Cultura, o que consideramos fundamental, por implicar aprendizados múltiplos. Isto envolve também oportunidades de diálogos sobre a origem dos recursos públicos, sua utilização, a quem historicamente beneficia, dentre outras problematizações. Ainda que não seja a forma adequada de aproximação do Estado, algo distante e inatingível para a maioria da população, constituiu-se em uma experiência concreta.

Os problemas só começaram a ser regularizadas no final de 2006, (porém com situações ainda não resolvidas ainda em 2010), com as atividades de formação sobre prestação de contas, em que a equipe descentralizada do MinC junto às suas Representações Regionais revisou os planos de trabalho que, em alguns casos, tinham despesas aprovadas que, posteriormente, foram recusadas na análise das prestações de contas.

Questões relativas a problemas crônicos e de caráter político, que remetem ao problema do acesso aos recursos públicos, o seu desvio, às mudanças na legislação não efetivadas, e os privilégios que se mantêm para aqueles que se especializam nesta linguagem administrativa ou contam com recursos jurídicos próprios, e passam a ter benefícios. Isto, em detrimento de outros que, apesar de terem os mesmos direitos, lhes falta a estrutura organizacional. Insistimos que as propostas de alteração no marco legal requerem maior organização para influenciar diretamente os parlamentares e o Congresso Nacional ou ainda em articulação com as bancadas estaduais, que estão em um círculo de influências invariavelmente ligados ao setor de negócios e de influências pessoais e interesses econômicos.

Cabe ao movimento dos Pontos de Cultura transformarem essas questões em pautas de debate entre governo, legislativo e a sociedade, mobilizando, por exemplo, por meio de audiências públicas em todo o país, a consulta pública da Lei *Cultura Viva* e *Lei Griô*, estabelecendo para os Pontos de Cultura uma agenda propositiva como contraponto aos problemas vivenciados até então.

5.3.5

As dificuldades cotidianas de gestão e suas implicações

A ampliação destes questionamentos para além dos envolvidos com o Ministério da Cultura, bem como dos conceitos do Programa *Cultura Viva* poderia ampliar o debate sobre os investimentos públicos, sempre muito pequenos na área cultural e social. O debate sobre as mudanças no marco legal e o conjunto da legislação em vigor ainda não concretizados poderiam também ser intensificados em outros fóruns, do contrário, a ampliação das ações permanece comprometida, sobretudo, quando a sociedade não participa dos debates e não se torna aliada.

Ribeiro (2005) afirma que os sujeitos sociais e a ação política apresentam, agora, maior complexidade, confrontando paradigmas que orientaram, até há pouco tempo, os projetos de transformação social. Estes sujeitos propõem novos híbridos institucionais, atuam em várias escalas, exigem a releitura do Estado, defendem diferentes sentidos de nação, rejuvenescem tradições e impedem a sua completa absorção em instituições da modernidade.

A flexibilidade e a não imposição de modelos, na área das políticas culturais e das manifestações artísticas, é condição para a criação de um ambiente propício

à reinvenção, ao fazer conectado, aos compartilhamentos, e o respeito a realidade encontrada. Os aprendizados, neste âmbito, são recíprocos e se estabelecem por meio de um intercâmbio de experiências e de diferentes saberes. Assim, estes temas “incompatíveis” com o padrão de consumo do mercado necessitam do apoio público uma vez que o setor privado não investirá no âmbito do desenvolvimento dos sujeitos e da efetivação dos direitos, explicitando conflitos e hegemonias bastante articuladas.

A participação e autonomia na escolha e definição das prioridades das políticas públicas concorrem com disputas econômicas intensas em torno do aparelho estatal. Assim, contemplar a pluralidade brasileira e não as linhas de interesse das agências de fomento e de demandas de determinados organismos governamentais e empresariais é algo bastante complexo e exige o enfrentamento constante de forças já instituídas. Na atual conjuntura nacional, em que foram iniciados importantes processos relativos a oportunidades e perspectivas, com especial enfoque nos Pontos de Cultura, e a defesa da autonomia e da amplitude dos recursos públicos, não se pode justificar o conservadorismo social e o imobilismo institucional que os órgãos de controle disseminam.

Questões que nos remetem às formulações de Foucault e à possível desconstrução das relações de saber-poder, como imposição de uma racionalidade hegemônica que, ao focalizarem os dispositivos dos poderes⁴³ e suas implicações, se expandem e assumem formas concretas de dominação e controle social. Afinal, permanece o risco de que os órgãos de controle como o CGU ou o TCU indiquem que o Programa *Cultura Viva* não deu certo, porque não foi possível aprovar as prestações de contas dos conveniados. Transformar-se-á, assim, uma extraordinária experiência cultural num programa fracassado por não se adequar aos padrões da contabilidade e da burocracia.

Desta maneira, o poder se exerce a partir de inúmeras questões e em meio a relações desiguais. O desafio consiste em multiplicar suas várias configurações, em que o modelo jurídico e capitalista (via leis do mercado) não seja mais

⁴³ O poder, para Foucault, “não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada” (Foucault, 2001b). Assim o poder está nas formas de funcionamento das estruturas formais e informais, nas relações (jogo) de forças que se estabelecem cotidianamente e que caracterizam determinado espaço e práticas. São estratégias conformadas em manobras, táticas e procedimentos que incidem sobre o sujeito e não são facilmente distinguíveis, nem categóricos, mas sutis e requerem análises caso a caso.

hegemônico. É nessa direção que Foucault propõe analisar o saber em termos de poder. O saber não está contido somente em suas demonstrações, mas também em ficções, reflexões, narrativas, regulamentos institucionais, decisões políticas cotidianas. O saber não é considerado no campo da ciência apenas, mas também no campo dos inúmeros conflitos, das decisões e das táticas que definem comportamentos e modelam subjetividades⁴⁴.

O que está sendo contestado é também a questão de norma⁴⁵ e a sua possível mudança para incorporar outros possíveis, mas, sobretudo, uma concepção política que remeta à questão da cultura como um bem comum e como direito e não como “um bom negócio” como vigorou até recentemente. Isto também remete a possibilidades de transgressão e questionamentos do instituído que subjuga grande parcela da população. O problema não é a falta de leis, mas alguns mecanismos que as impedem de serem concretizadas, como a decisão política sobre os índices que serão aportados nos Fundos setoriais, a forma de liberação dos fundos públicos, cuja legislação ainda não foi modificada e nem simplificada. Assim, a construção, a implementação e a gestão compartilhada das políticas públicas não podem continuar reféns da burocracia e dos técnicos.

Os convênios federais têm duração de três anos. Muitos deles, portanto, já se encerraram ou estão em fase ajuste de prestação de contas e de finalização. A maioria seguiu com os seus projetos, considerando-se Pontos de Cultura e

⁴⁴ Em um primeiro sentido, Foucault aborda os “modos de subjetivação” em que o sujeito aparece em determinada relação de conhecimento e de poder, e em seguida os denomina relacionados a um sistema de valores, regras e proibições que atuam sobre “si mesmo”. A moral comporta códigos de comportamento, que adquire uma forma jurídica, a qual o sujeito se submete, pois a sua infração corresponde a um castigo. Ambas compreendem elementos dinâmicos que possibilitam ao sujeito elaborar estas relações e transformar o seu próprio ser, em oposição às opressões, por exemplo (Foucault, 2004, 2001, 1984).

⁴⁵ O âmbito das normatizações produzem discursos que definem a “verdade” sobre determinado sujeito, como, por exemplo, ser criança, jovem e ou adulto pobre, excluído e confinado, podendo limitar de antemão suas perspectivas. Além disso, enquanto práticas, estes discursos impõem veementemente os pressupostos do mercado, considerado a suprema fonte de formação da verdade no mundo contemporâneo, para muito além do remoto, mas também ainda muito presente, paradigma jusnaturalista que produziu a ligação entre norma e poder e que atravessam toda a sociedade moderna (Foucault, 2008c). Ao colocar a questão que pretende estudar nas aulas proferidas de 1975, Foucault (2001) descreve suas preocupações e conclui que a emergência das técnicas de normalização, aliadas aos poderes a que estão atrelados. Foucault afirma que esta ligação entre norma e poder não são apenas fruto do encontro entre o saber médico e o saber judiciário, mas que, na verdade, atravessam toda a sociedade moderna. Certo tipo de poder que, para além do poder médico e judiciário, conseguiu colonizar e repelir ambos, desembocando “na cena teatral do fórum”, apoiando-se nessas instituições, mas também criando sua autonomia e regras ampliando-as no contexto do capitalismo e do mercado. Trata-se da emergência do poder de normatização que se formou e se instalou sem jamais apoiar-se numa só instituição, mas no jogo entre as diferentes instituições, estendendo sua soberania na sociedade, mas também provocando resistências e estas subjugações.

buscando novos editais, bem como a luta pela continuidade do programa como política de Estado e o movimento dos Pontos por políticas públicas culturais permanentes. Um movimento em difuso e plural por agregar diferentes e - às vezes - distantes linguagens artístico-culturais, caracterizando paradoxalmente uma das suas forças, por ser algo em construção e em permanente movimento. É um movimento que se reconheceu nas lutas travadas no campo da cultura e que busca afirmação.

Assim, apesar das mudanças necessárias no marco legal, o Programa *Cultura Viva* apresenta uma possibilidade diferenciada de acesso ao recurso público e de reconhecimento do valor da população, no qual o repasse dos recursos é direcionado aos operadores diretos do projeto, viabilizando o alcance do entorno e dos participantes, que já realizavam determinada ação cultural já consolidada em suas localidades. Abordamos, portanto, situações ricas em problemas, uma espécie de terreno fértil para descobertas e para a criação, mas que exigem atenção e persistência para procurar sempre novas formas de construir processos participativos e que garantam acesso às instâncias decisórias, bem como a transparência dos processos relativos ao bem público.

Como se constata historicamente, todo poder hegemônico tem limites. Importa pensar quais os movimentos e conexões podem nos mobilizar, estimular o questionamento e a problematização dos regimes de verdades impostos, para exercitarmos uma postura dialógica e buscar transformações, sem perder de vista a transitoriedade da vida, abrindo caminhos para o porvir e a emancipação humana e política, já que o movimento caracteriza o ser humano.

Os avanços envolvem um tempo processual, um tempo de apropriação, geralmente lento diante do contexto de desigualdade social brasileiro e da inquietação que nos mobiliza. Além disso, envolve tensões, conflitos, enfrentamentos, e o respeito às diferenças. Transitar por entre eles, sem negá-los, supõe evitar armadilhas como a da instrumentalização da cultura, sempre a serviço de algo, e pela não dicotomização da teoria-prática, do processo-resultado, da cultura-política, erudito-popular, dentre outros, evitando também a classificação da superioridade de pessoas e/ou saberes em relação a outros, caracterizando assim um caminho muito fértil a se percorrer.

E, sobretudo, sem naturalizar que as políticas culturais que valorizam e estimulam as manifestações culturais diversas e populares sejam realizadas com

menores recursos, ou de forma descontinuada, uma vez que, no Brasil, grande parte da população vive em condições bastante adversas, mas nem por isso deixa de inventar a vida e lutar por melhorias. Atentos ainda aos riscos de enveredarmos pelos caminhos do utilitarismo e de um imediatismo quase irresistíveis, a ponto de tudo se tornar estritamente funcional ao sistema capitalista dominante, constatamos que existem possibilidades de resistência a este processo. “Ser Ponto de Cultura é passar a ter uma nova visão de articulação e de mobilização, e também de ampliar o horizonte e o trabalho realizado” (Relatório Encontro Pontinhos de Ludicidade. Participante de Ponto de Cultura São José dos Campos, 2009).

Por outro lado, a diversidade das ações e linguagens demonstra movimentos criativos coletivos, difusos e transversais. Resistências que produzem movimento a partir das suas criações e manifestações artístico-culturais, mas que ainda são invisíveis na sociedade em geral. Pontos de Cultura, conveniados ou não com o MinC, nos remetem a perspectiva do pensamento aberto, criador e livre de essências deterministas, para além do foco na gestão e na tecnocracia, controlada por especialistas que se autodenominam “neutros”. Assim, reproduzem não somente as forças hegemônicas, mas também dicotomias entre gestão, técnica/financiamento das decisões políticas, como é insistentemente veiculado, despolitizando o debate, afastando a maioria e mantendo um pequeno grupo decisório.

A administração centralizada e autoritária prevalece em detrimento da gestão coletiva, em que se efetivam intercâmbios que derivam do desejo e da escolha, e não de pré-condições ou imposições alheias. Instauram-se aprendizados, via *práxis* enquanto atividade de criação e de experimentação, enquanto exercícios de liberdade frente aos impasses. A superação do receio, diante dos custos em participar de lutas conjuntas, inclusive do fracasso, leva a aprendizados vividos e ao amadurecimento político.

Afinal, no âmbito dos Pontos de Cultura, e em especial daqueles localizados em favelas, na periferia, e no interior, e, portanto, em lugares onde vive grande parte das classes pobres, por que deveria prevalecer um sentimento de impotência? Se a pobreza é imposta e inerente a um sistema de acumulação de riquezas que exige, para se viver, e às vezes apenas sobreviver, que a população crie uma infinidade de formas de vida e de se reinventar, reinventando assim a

própria maneira de estar no mundo. Surge assim, cotidianamente e invariavelmente longe dos olhos da sociedade, uma estética viva, irreverente, em que a criação e a reinvenção tem sido regra, no entanto, tentam nos convencer de que as lutadoras pela liberdade e audaciosas Chiquinhas Gonzagas, as lavadeiras Clementinas de Jesus, os “carangueijos com cérebro” Chicos Sciences, os guardadores de carros Cartolas, artistas mambembes Grandes Otelos, dentre tantos outros são milagrosas exceções.

Cultura é a própria vida, é o cuidado com a vida, com as pessoas e, embora seja comumente confundida como algo utilitário, é no âmbito das manifestações artístico-culturais que teremos maiores chances de se discutir com liberdade o que interessa, que é a própria vida. Na política, a cultura em geral ocupa um lugar obscurecido, e é colocada em segundo plano. Porém, o aspecto político, por sua vez, é indissociável da cultura para a efetiva participação dos sujeitos, que enfrentam, por exemplo, as lógicas do Estado e do mercado, engendrando outras lógicas solidárias na busca de transformações e projetos coletivos. Assim, se o trabalho criativo é libertário e cria o próprio homem e a sociedade, o que seríamos capazes de criar, não fosse a crescente desigualdade social?

(...) Romper com o velho hábito da obediência. Em vez de obedecer à história, inventá-la. Ser capaz de imaginar o futuro e não simplesmente aceitá-lo. Para isso é preciso revoltar-se contra a horrenda herança imperial, romper com essa cultura de impotência que diz que você é incapaz de fazer, por isso tem que comprar feito, que diz que você é incapaz de mudar, que aquele que nasceu, como nasceu vai morrer. Porque dessa forma não temos nenhuma possibilidade de inventar a vida. A cultura da impotência te ensina a não vencer com sua própria cabeça, a não caminhar com suas próprias pernas e a não sentir com seu próprio coração. Eu penso que é imprescindível vencer isso para poder gerar uma nova realidade.

Eduardo Galeano